

SESSÕES DO PLENÁRIO

141ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de janeiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, João Carlos Bacelar, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento: (Lê) *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 20.487/2013 e o Projeto de Lei nº 19.414/2011.”*

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência da sessão no dia

16/12/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Zilton Rocha, dando conhecimento da Moção de Pesar pelo falecimento, do Exmo. Sr. Ex-Deputado Estadual Lourival Evangelista, de iniciativa do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Filemon Matos.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, como único orador no momento nesta Casa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, é uma satisfação muito grande falar para essa plateia repleta de deputados e deputadas...

O Sr. PRESIDENTE(Adolfo Menezes):-Plateia de dois deputados.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (...) Nobre deputada Kelly Magalhães, que inaugura a presença feminina neste Plenário, felicito-a por essa circunstância e gostaria de chamar a atenção para um fato que considero importante. Estive participando de uma reunião participativa promovida pela Anatel, a partir da resolução nº 4.131, que interfere radicalmente nos traçados da rede ferroviária no Estado da Bahia e traz para os baianos um longo e custoso sobressalto acerca do futuro.

A ANTT, nessa chamada reunião participativa, estava tratando da desativação, até junho de 2014, do trecho ferroviário de Juazeiro a Alagoinhas, num total de 460 quilômetros, passando, inclusive, nas proximidades do município que V.Ex^a representa, Sr. Presidente Adolfo Menezes.

E o que é pior, não se vislumbra nenhum período de transição. Isso afronta os interesses primeiros do Estado da Bahia, porque as cargas envolvendo minérios, combustíveis, fertilizantes – que ainda trafegam pela rede ferroviária, mesmo depauperada, mesmo sucateada –, incluindo também a madeira do reflorestamento que existe, principalmente, no Agreste baiano, aqui no Nordeste da Bahia, estarão nas rodovias, nas BAs e nas BRs.

Isso eleva a insegurança do tráfego nessas rodovias, prejudicando o meio ambiente, elevando o custo Bahia, por assim dizer, tirando a competitividade do nosso Estado, sem ouvir necessariamente os poderes constituídos dos mais de oitenta municípios que são cortados pela via férrea no Estado da Bahia. E essa situação traz prejuízos claros, prejuízos irreparáveis para os interesses, já disse, primeiros da Bahia.

Estarei conversando nos próximos dias com a Casa Civil, com o próprio governador, com a Secretaria de Articulação e de Assuntos Institucionais para que nos debrucemos sobre essa situação que pode trazer prejuízo considerável para a competitividade, para a qualidade de vida, para a presença de oportunidades, principalmente no interior da Bahia. Isso significa, a meu ver, o tiro de misericórdia

no traçado ferroviário que começou a ser implantado ainda no século XIX pelos ingleses no Estado da Bahia. A primeira ferrovia brasileira foi a baiana e estamos jogando no lixo, numa atitude premeditada que vai na direção dos interesses da Vale do Rio do Doce, controladora da FCAVLI. Precisamos abris os olhos, esta Casa não pode ficar calada, inerte perante uma situação de descalabro, que pode resultar em prejuízos irreparáveis para os interesse primeiros, para a economia do Estado da Bahia. Não só prejuízos econômicos, mas também prejuízos sociais. É preciso manter o Estado da Bahia no que diz respeito à melhora da sua competitividade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes. Na ausência dele, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, estou aqui para cumprimentar os colegas deputados e registrar a viagem que o governador Jaques Wagner está fazendo ao Japão, à China para continuar esse projeto de transformação extraordinária da economia baiana que o governo do Partido dos Trabalhadores vem fazendo em quase oito anos de mandato na Bahia. Mais uma vez, a Bahia é testemunha do esforço gigantesco do governador para continuar trazendo investimentos estruturantes para o desenvolvimento social, econômico e industrial da Bahia. É claro que ainda é uma matriz extremamente concentrada no Recôncavo, da indústria automobilística, e o governador está lá conversando com os empresários do estaleiro da Baía de Todos os Santos, de Maragogipe, para troca de experiências, contatos e estabelecimento de relações institucionais entre o governo da Bahia e os empreendedores japoneses. E na China, fazendo uma espécie de diplomacia para atrair mais duas montadoras de carro, a fim de que o Nordeste como um todo, e a Bahia em particular, tornem-se espaços geográficos de desenvolvimento econômico.

Lá do Sudoeste, acompanhamos, torcemos e naturalmente demandamos a presença do governo do Estado. Em Vitória da Conquista, Brumado, Caetité, Guanambi, Itapetinga, Jequié, que conformam esses polos municipais num processo dinâmico também de atração de investimento.

Vitória da Conquista com serviços, saúde, educação, com uma indústria local de pequeno porte, com um potencial muito grande na área da agricultura, mas sem dúvida, Vitória da Conquista é uma espécie de inteligência do Centro-Sul e Sudoeste da Bahia.

E agora, esses dois vetores, Caetité, com a mineração, e Guanambi como um grande centro de logística, de comércio e da agricultura intensiva, já que temos ali um grande projeto de irrigação do Vale do Rio Gavião. Também a energia eólica está centrada entre Guanambi, Caetité, Igaporã, Riacho de Santana, aquela região, aquele corredor de grandes possibilidades de extração da energia a partir do vento.

Então, nós temos, Sr. Presidente, uma condição, um novo mapa de desenvolvimento social e econômico da Bahia, e o governador Jaques Wagner continua sendo a liderança.

É claro que a Oposição continua com o seu hinário de agouro, dizendo que a Bahia não está num processo dinâmico, mas os dados demonstram que a Bahia é campeã na criação de empregos formais do Nordeste, que a Bahia é campeã em atração de investimentos. É claro que Pernambuco sofreu avanços, e é importante que se desenvolvam também Pernambuco e no Ceará. Não queremos um Nordeste apenas com a Bahia sendo o único espaço geográfico constitutivo do desenvolvimento econômico, mas de fato a Bahia ainda é a grande locomotiva do Nordeste brasileiro.

Pernambuco se desenvolve graças ao Partido dos Trabalhadores. Temos ouvido aqui elogios e mais elogios ao governador Eduardo Campos como se fosse, inclusive, integrante das oposições na Bahia, quando não é. Eduardo sempre esteve ligado ao PT, sempre foi apoiador de Lula e Dilma. Agora, com essa divergência, é que vem aí uma nova correlação de forças. Mas é a Bahia, de fato, o grande Estado do Nordeste que puxa o desenvolvimento econômico. E o governador está demonstrando isso, no Japão e na China, com duas montadoras sendo contratadas, sendo estabelecidas relações institucionais para que esses empresários venham para a Bahia, demonstrando o prestígio do governador Jaques Wagner.

Sr. Presidente. Era essa a minha intervenção nestes 5 minutos que V.Exª me concedeu. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, minha cara deputada Kelly, Srs. Deputados, como eu disse na sessão anterior, em todo Pequeno Expediente, a partir de agora, vou relembrar a decisão esdrúxula, antidemocrática, posso até dizer, uma decisão covarde daqueles que não conseguem enfrentar a obstrução da Oposição e tentam inutilmente querer cercear o nosso direito de exercer plenamente o mandato.

Por isso, para que em campanha eleitoral o fato possa ser usado pelos adversários daqueles que agiram contra a democracia do nosso Estado, mudando o Regimento – até porque têm, provisoriamente, uma Bancada maior, que possibilita fazer absurdos como esse –, vou relembrar os nomes daqueles que votaram para sujar o nome do Legislativo: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Álvaro Gomes – quem diria, hein, deputado Álvaro Gomes, ex-líder do Sindicato dos Bancários, desrespeitando o direito da minoria? –, Ângela Sousa, Bira Corôa, Cacá Leão – rapaz novo, deputado com um futuro brilhante, sujar o nome no início da carreira... –, Carlos Ubaldino, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Ivana Bastos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos.

Nossa Senhora! Quando chegar à terra dele, o pessoal vai matá-lo lá em Alagoinhas. Virgem Maria, tenho até pena!

Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães.

Deputada Kelly, tenho informações - V.Exª sabe que sou bem informado - de que teve uma atuação brilhante ontem numa reunião defendendo o justo, o fortalecimento do Poder Legislativo. E vota assim?! Que decepção, querida! Mas isso

aí só pode ser Zé Neto impondo, porque a senhora não tem esse perfil de ser antidemocrática.

Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior.

Outro deputado novo. Teria um futuro brilhante mas já começa mal, votando para que não se respeite o direito da Minoria no Parlamento.

Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Reinaldo Braga.

Coitado do meu amigo Reinaldo Braga, de tantos mandatos. Talvez seja o seu último mandato. E sujar a carreira?! Olhem que fico muito à vontade para falar dele porque, na época em que eu era presidente da Casa, o nosso grupo, que era majoritário, queria mudar o nosso Regimento. Fui contra. Inclusive tenho de fazer jus ao deputado Reinaldo, um dos deputados que então me ajudou a convencer a nossa Bancada de que Regimento não se muda, o direito da Minoria tem de ser respeitado. Só que agora, em fim de carreira, o meu amigo Reinaldo Braga, que me ajudou quando fui presidente no convencimento da minha Bancada, vota de uma maneira antidemocrática, repito, e covarde, própria daqueles que não têm argumento para nos enfrentar.

Mas não vão calar nossa voz, não. Tanto é que afirmaram aqui várias vezes, presidente, que iriam votar o Projeto Anticalote. Eu disse que não iriam, e não votaram, blefaram. Chegou o horário das 04h30min., e a Bancada do governo, de 48 X 15, cansou. Viu que éramos imbatíveis. E somos, porque somos experientes e estamos com a verdade. Ninguém tira vitória, ninguém derrota quem está com a verdade. É por isso que vamos ganhar na Justiça. E ganhando lá, caro deputado Zé Neto, sem essa imoralidade que V.Ex^{as} ainda não tiveram coragem de promulgar, o Orçamento vai lá pra julho, meu irmão.

Concluindo: Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo.

Esses são os parlamentares. É aquele velho ditado: quer conhecer realmente uma pessoa? Dê-lhe um pouco de poder, que você vai ver como ela pensa, raciocina e age. É o que está acontecendo com a Bancada do governo, que provisoriamente tem a maioria e quer impor sua vontade. Mas nós não aceitamos e não fazemos nenhum acordo aqui nesta Casa enquanto essa imoralidade não for revogada. Está na mão de vocês! Nós não estamos, absolutamente, com preocupação nenhuma quanto a isto, este ônus de mudar o Regimento Interno da Casa depois de 35 anos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

Um Regimento que nem na época da ditadura militar quiseram impor vontades ao Legislativo, o PT do governador Wagner está querendo mudar.

Não vamos abrir mão dos nossos princípios. Não fazemos nenhum acordo enquanto essa imoralidade não for revogada. Depois que for revogada, depois que não for implantada e for arquivada, aí podem vir para conversar, que falaremos sobre o Orçamento Impositivo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, queria dizer, deputado Gaban, que esta Casa, pelo que tenho conhecimento em todos os governos, independência dela eu nunca vi nenhuma. A Bancada que é ligada ao governo vota o que ele quer, e a Oposição faz o seu papel de tentar obstruir, de ser contra. Isso é assim aqui na Bahia e lá no Congresso Nacional, onde a maioria faz o que a presidente Dilma quer. Mas não é só interesse do governo. A Casa aprovou. Claro que há a discordância, com toda a razão, da Oposição. Só que, como foi explicado, não era justo que se fizessem 54 mil destaques para a gente passar aqui o ano inteiro atrapalhando o desenrolar, o desenvolvimento dos trabalhos e até o pagamento dos salários dos próprios funcionários. O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Gaban. O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, primeiro temos que saber de que cabeça brilhante, para não se falar outra coisa, surgiu essa ideia. A Oposição ao governo Wagner - já estamos há 7 anos na Oposição ao governo Wagner, eu pergunto: em que ano, dos 7 anos, a Oposição apresentou 54 mil destaques?

Sabe, na realidade, Sr. Presidente, não é culpa de V.Ex^a, não é culpa da maioria dos deputados, talvez até da totalidade da Oposição, não sei, mas acho que é fruto da cabeça do Líder do governo que tentou chantagear a Oposição dizendo: “Se não fizer, eu mudo o Regimento”. E nós dissemos: “mude, mude, pague e vai ficar com o ônus da mudança.” Então, não se muda o Regimento por chantagem, porque se aderíssemos e concordássemos com a chantagem, qualquer novo impasse, vinha outra chantagem para mudar outro item do Regimento. O que se faz na Casa, no Parlamento é quando eu fiz, porque aí, sim, Moema Gramacho, quando eu também era presidente, quis apresentar mais de 50 mil destaques. E sabe o que nós fizemos? Convocamos uma reunião de todos os líderes no meu gabinete da presidência e convencemos a Oposição, à época, que esse não era o caminho, o caminho era do diálogo. Ela retirou tudo e fizemos um acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Mas, eu acho que vamos chegar a um acordo, pelo que eu estou vendo, agora de tarde, para a retirada, eu acredito, e chegarmos aqui a um bom termo.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo, apesar de estarmos ainda no Pequeno Expediente.

O Sr. Zé Raimundo:- Não há inscritos no Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não, não, o deputado Álvaro Gomes está inscrito. Se o deputado Álvaro Gomes desistir, então...

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem. Na verdade, Sr. Presidente, a Bancada do governo com seus diversos Partidos que assinaram a proposta do deputado Zé Neto para modificar um dispositivo regimental sobre os destaques, toda essa Bancada tem uma tradição de lutas democráticas e de defesa do Parlamento, enquanto

instrumento da política. Todos sabem aqui, acompanharam os debates, a Imprensa, as lideranças partidárias dos movimentos sociais, todos sabem que, na verdade, essa ferramenta que o Líder Zé Neto utilizou foi uma tática para defender a Maioria. Ora, essa questão regimental, eu sou neófito, deputado que chegou nesta legislatura nesta Casa, não conheço, não tenho, eu diria, a experiência de muitas lideranças aqui, mas o Regimento, quantas vezes no primeiro ano, em 2011, 2012, o Regimento foi alvo de discussão, de solicitação, de apelo para que se modificasse o Regimento desta Casa, e as lideranças partidárias, sobretudo da Oposição, ninguém se movimentou, inclusive em temas como o voto secreto, como a reeleição do presidente da Casa, composição de comissões, vários componentes do Regimento foram aqui trazidos para o debate e ninguém se movimentou.

Ora, o que o Líder Zé Neto destemidamente ousou a fazer foi um movimento para proteger e evitar a chantagem, também, da Oposição, porque a Oposição, se quisesse, pelo Regimento, ficaria aqui o ano inteiro inviabilizando o orçamento. O Líder Zé Neto, naturalmente, para se proteger criou um mecanismo. No fundo no fundo foi uma tensão criada, ao meu ver, até desnecessariamente, porque, em certos momentos, gerou até uma certa desconfiança, e não podemos ter desconfiança.

Já ensinava o grande filósofo Kant que mesmo na guerra você não pode criar um clima que impossibilite um tratado de paz, e só é possível um tratado de paz, se mesmo na guerra os beligerantes confiam que o tratado de paz será cumprido. E ele dizia: “tem dois componentes que os adversários não podem colocar um para o outro, é querer a eliminação do outro e incentivar a traição”. E Zé Neto, com muita competência, construiu essa tensão para que se tenha um tratado de paz, para que se venha um acordo, porque sem esse dispositivo muito provavelmente não teria um acordo, porque a Oposição estaria com uma ferramenta, ela, sim, a Oposição, com a verdadeira força no pescoço de Zé Neto o que provavelmente levaria o nosso Líder à exaustão psíquica ao longo dos meses de fevereiro e março, porque estaria a Oposição com 54 mil destaques sendo discutidos um a um ao longo desse semestre.

Portanto, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Zé Raimundo:- (...) quero, para concluir, dizer ao deputado Gaban, à Oposição, que somos contra qualquer cerceamento da liberdade do debate no Parlamento, porque nós somos a tradição de esquerda, somos herdeiros das melhores contribuições da história desse País em defesa da democracia e jamais iríamos assinar um documento que impedisse a manifestação da Oposição. E, aliás, no conjunto do Regimento, estão garantidos os dispositivos da Oposição. Porque o destaque, reparem bem, é um detalhe num projeto de lei, ou num capítulo, ou numa frase. O destaque é para, em se concordando com a totalidade, destacar-se um elemento. O destaque não pode ser utilizado como ferramenta de impedir a continuação dos trabalhos legislativos e por isso o Líder Zé Neto colocou isso como instrumento. As negociações estão avançadas. Tenho certeza de que, se for necessário, retira-se.

A Sr^a Luiza Maia:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Luiza Maia.

O Sr. Zé Raimundo:- Enfim, Sr. Presidente, para concluir os 25 segundos aos quais tenho direito regimentalmente, quero dizer a V.Ex^a que estaremos aqui em defesa da liberdade de manifestação deste Parlamento, inclusive, lutando e garantindo à Oposição total liberdade para discutir, para criticar e para construir, efetivamente, essa cultura democrática que o governador Jaques Wagner vem implementando na Bahia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Olha, nós estamos no Pequeno Expediente e não cabe questão de ordem.

O Sr. Joseildo Ramos:- Mas já houve dois precedentes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Joseildo. Formule a questão de ordem, deputado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Serei rápido.

Acho que devemos aproveitar essa oportunidade, Sr. Presidente, para tratar de um tema que foi levantado aqui pelo deputado Zé Raimundo com muita propriedade.

Olhe só, às vezes passamos horas a discutir filigranas que não dizem respeito ao interesse maior desta Casa e grandes discussões que poderíamos ter travado. Inclusive, desperdiçamos nesta legislatura a possibilidade de construir um Regimento interno, um regulamento de funcionamento desta Casa que nos desse a sensação de justiça do ponto de vista do tratamento das questões que são submetidas sem objetividade nenhuma, ao sabor dos humores, ao sabor das tensões que, eventualmente, instalam-se em todas as legislaturas com um regulamento impreciso que não tem a menor possibilidade de espelhar um Parlamento da maneira adequada. E eu até acho que com alguma dose de hipocrisia aceitamos discutir sem ir ao cerne dessas questões e perdemos a oportunidade única, porque vários foram os deputados que nesta Casa se levantaram, sendo da Oposição e da Situação, contra o Regimento que não nos interessa e que não espelha a relação que deve existir de justiça, de justeza, perante as pretensões da Maioria e da Minoria numa Casa Legislativa cujas tradições no Estado da Bahia não estão sendo respeitadas por esse instrumento que não nos dá a certeza de estar discutindo através de uma regulação mal-feita, caduca, imprecisa, não objetiva e que nos envergonha a todos.

A Oposição e a Situação vivem o tempo todo, de tempo em tempo, no momento em que a tensão se apresenta, a reclamar do regulamento, do regramento desta Casa, e não se põe, efetivamente, numa comissão para fazer deste regulamento algo que possa nos deixar orgulhosos.

Então, Sr. Presidente, é um apelo que eu faço, infelizmente tardio, porque desperdiçamos mais uma legislatura e estamos convivendo com um regulamento...

Prestem atenção, discutir-se destaque como objeto e objetivo de levar com a barriga o processo de obstrução é estarmos comparando coisas que não são efetivamente semelhantes. Acho que precisamos protagonizar momentos mais ricos nesta Assembleia e, infelizmente, estamos perdendo essa oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Joseildo, o Regimento

Interno está igual a reforma política, toda legislatura se fala e não se faz nada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre presidente, primeiro, queria saudar a presidente da Associação dos Defensores Públicos, Soraia, e também a representante dos concursados, Isa, que se encontram aqui na luta pelo fortalecimento da Defensoria Pública, pela convocação de mais concursados, enfim, para que possamos lutar contra as injustiças.

Sr. Presidente, terei outra oportunidade para falar sobre o Regimento, mas ele não é o culpado por todos os problemas aqui. Por exemplo, o Regimento não permite que três oradores façam as suas falas argumentando que é questão de ordem sem ser questão de ordem. Nenhuma das três falas aqui foi questão de ordem. Então, não é problema do Regimento, é problema de quem não atenta para o que, de fato, fala o Regimento. Ele precisa ser aperfeiçoado? Precisa, mas boa parte está atualizada como, por exemplo, sobre as questões de ordem. Tivemos aqui três falas, nenhuma foi questão de ordem. O Regimento não permite isso, mas três deputados, descumprindo o Regimento, fizeram três falas que deveriam fazer no Pequeno Expediente.

Então, a culpa não é do Regimento, ele, nesse particular, não tem culpa nenhuma. Por exemplo, é necessário que tenha destaque? É, mas não se pode admitir que haja 55 mil destaques, aí precisa de aperfeiçoamento; que haja 500 mil destaques, aí precisa de aperfeiçoamento. Agora não pode, também, suprimir o destaque e não pode, também, retirar o direito da Minoria. A Minoria também não pode se sobrepor à Maioria. Então, é preciso aperfeiçoar o Regimento, mas ele não é o responsável por todos os problemas daqui. Seguindo o Regimento corretamente, há algumas imperfeições que precisam ser corrigidas. Mas, Sr. Presidente e demais deputados, queria também, neste momento, denunciar a atitude e ação do atual prefeito de Correntina - que está lá momentaneamente, porque ainda há uma discussão no Tribunal Superior Eleitoral - e que está, neste momento, cometendo uma série de brutalidades com a população. A exemplo de invasão de propriedades particulares, mesmo contrariando decisão judicial e sem o processo legal de desapropriação. Sem seguir a Legislação em vigor, o prefeito vem cometendo uma série de atos truculentos na cidade de Correntina. E isso não podemos admitir, não podemos concordar.

É preciso que construamos a paz naquela cidade. O verdadeiro prefeito de lá é exatamente o companheiro Laertão, do nosso partido, mas, neste momento, por uma decisão provisória do Tribunal Superior do Trabalho, não se encontra no cargo de prefeito. Quem se encontra no cargo de prefeito, hoje, é Ezequiel, que vem cometendo uma série de absurdos naquela cidade, tirando a paz daquela população. Uma série de atos de violência contra a sua população. Não podemos admitir que isso aconteça.

Portanto, queria deixar aqui registrado, denunciar, prestar solidariedade àquele povo pacífico da cidade de Correntina, àquela população hospitaleira da cidade de Correntina e, ao mesmo tempo, condenar os atos do atual prefeito Ezequiel, que se

encontra no cargo provisoriamente, mas vai sair.

Portanto, quero fazer aqui esse registro, deixando o meu protesto contra o atual prefeito de Correntina e dizer que vamos retornar à prefeitura dentro em breve porque o atual prefeito é efetivamente ficha suja, reconhecido pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia. Deputada Luiza Maia, eu queria tirar uma dúvida: algumas vezes eu me pronuncio sobre o mesmo assunto que a senhora. E não sai uma linha com o nome do deputado Adolfo Menezes na imprensa. Quero parabenizá-la pelo prestígio que tem junto aos órgãos de imprensa aqui da Bahia, estou querendo saber o caminho. Fiz um pronunciamento sobre a questão da baixaria nas novelas, mas a imprensa não divulga, não sai nada com meu nome. Fico pensando por que essa falta de prestígio e parabéns a V.Ex^a.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não estou entendendo a sua provocação, Sr. Presidente, mas faremos esse debate depois.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Isso é preconceito, talvez por eu vir de um município do Semiárido. E ela aqui na beira da praia, Praia do Forte, Itacimirim. V.Ex^a, deputado Júnior, matou a charada. Preconceito contra quem é do Semiárido como o deputado Adolfo e outros.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, vocês ouviram a provocação do presidente, mas deixa para lá.

Quero nesse momento aqui, desta tribuna, registrar com muita alegria a presença de quatro vereadores de São Sebastião do Passé que nos honram com as suas presenças, vereadores que estão organizando a luta do seu município e que nos prestigiam aqui. São os vereadores Robério, Braguinho, Silvânio e Jorge do Correio. Apareçam sempre nesta Casa, faço sempre esse debate desta tribuna, que essa Casa é uma Casa fria, distante do povo. E quando vejo algumas pessoas importantes como vocês, a Defensoria Pública aqui presente, também é motivo de honra, porque precisamos desse calor da sociedade organizada participando e acompanhando os passos deste Poder.

Apresentei um projeto aqui em 2011 para esta Casa aprovar a tribuna popular. Seria qualquer movimento social, qualquer instituição pública que quisesse falar com os deputados, teriam aqui 10 minutos, uma vez na semana pelo menos para colocar as suas demandas, as suas questões, mas está encalhado na Comissão de Justiça, como sempre. Fiz uma jura, vereadores, que toda vez que chegasse a esta tribuna eu iria cobrar a aprovação de projetos dos deputados, que é outra deturpação, outra aberração que existe no Poder Legislativo da Bahia.

Aqui não se vota projeto de deputado. Não consigo entender uma casa que tem

como sua principal prerrogativa criar leis, elaborar leis, aprová-las, apreciá-las ou não, e não se faz isso. Aqui só se vota projeto do Executivo. Votou um único projeto meu, que foi o Antibaixaria porque a sociedade pressionou. Votou um único para derrotar o voto aberto, que vou voltar a falar sobre ele porque não queriam que fosse aprovado. Dispensaram as formalidades regimentais e eu tive apenas 8 votos. Reapresentei no ano passado e está aí também encalhado. Todo dia eu peço ao presidente, hoje o senhor que está aí representando o presidente, coloque na pauta desta sessão agora para apreciar o voto aberto.

Acho que é uma distorção, já disse isso. Esta Casa é composta por representantes do povo, não tem cabimento votarmos, - peguem o Regimento e vocês vão me dizer se tenho razão ou não - secretamente. Acho que o deputado não pode estar se escondendo atrás do voto secreto. Temos que fazer gestos e cada dia mais nos aproximarmos da sociedade, dos movimentos organizados porque acho que assim dá certo.

Quero também, Sr. Presidente, registrar aqui não sei se o meu repúdio, a minha tristeza, pois não estou vendo ninguém aqui do projeto Anticalote. É uma necessidade, aquele pessoal do Sindicato dos Vigilantes, do Sindicato de Limpeza, dos trabalhadores da limpeza que dá certo.

Mas queria, também, presidente, registrar, aqui, não sei se o meu repúdio ou a minha tristeza, pois não estou vendo, hoje, ninguém aqui do Projeto Anticalote, uma vez que se trata de um projeto tão necessário. Não estão presentes aqui os vigilantes, sindicato de limpeza, trabalhadores da limpeza. Eles estão acompanhando as votações há 5 semanas e fazendo o apelo a esta Casa para apreciarmos o Projeto Anticalote. Mas eles não estão presentes aqui neste momento.

Quero aproveitar a presença do presidente Marcelo Nilo para pedir a ele a aos Líderes que coloquem, na pauta de hoje, a apreciação da PEC do voto aberto. Vejo isso como necessidade, coisa fundamental e importante.

Quero deixar registrado mais este apelo.

Gostaria de dizer ao presidente Adolfo Menezes que, apenas, reforcei o que V.Ex^a falou.

O projeto que gerou a polêmica toda de proibir, no estado da Bahia, imagens sexualizadas e erotizadas do corpo da mulher na propaganda e na publicidade de qualquer produto. Isso só acontece isso no Brasil.

Não sei por que, para vender carro ou uma cerveja, tem de haver o corpo da mulher exposto seminua ou nua. A Globeleza é outra distorção, outro absurdo, ou seja, mais um desserviço que a Globo presta ao nosso País.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a vai me dar as dicas. Sou inocente nesta Casa. Talvez, eu aprenda daqui para lá.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Quero dizer-lhe que conversaremos sobre a sua provocação, ou seja, o motivo de o meu assunto sair na imprensa e o assunto de V.Ex^a não. (Não foi revisão da oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado e Líder Rosenberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, meus queridos deputados Tom Araújo, Adolfo Viana e Bruno Reis, quero aproveitar para dizer-lhes que, hoje, é uma alegria imensa para a cidade de São Domingos, porque há um açude lá que já serviu para abastecer toda aquela região, inclusive a cidade de Valente. Este açude estava, há 20 anos, sem que pudesse ser feita a sua limpeza e a sua recuperação.

Acabamos de firmar hoje, através da CAR, a limpeza do açude de São Domingos. E através da Fetraf, o dinheiro já está depositado na conta, dentro da política do governo do Estado da Bahia, no sentido de recuperar os diversos açudes para minimizar os impactos das grandes estiagens no Semiárido.

Então, deputada Luiza Maia, certamente, estaremos em São Domingos esta semana dividindo esta alegria com a comunidade, porque, sem dúvida alguma, a recuperação e a limpeza daquele açude significam que daremos condição à população de enfrentar as estiagens em períodos grandiosos como aconteceu, recentemente, aqui na Bahia.

Meu querido deputado Zé Raimundo, tenho convicção de que precisamos fazer o debate muito firme aqui com relação a essa questão da mudança do Regimento. Em minha opinião, acredito já ser este um Regimento com seu tempo de validade findado. Precisamos reformulá-lo no sentido de ser um Regimento Interno que adote medidas que representem melhor a democracia do Parlamento.

Eu entendo que a votação que fizemos aqui – na qual votei a favor dela –, foi como V.Ex^a levantou aqui, ou seja, foi um momento de disputa e de debates. Mas, sem dúvida alguma, o exercício de mudança desse regramento no meio do jogo, acaba, obviamente, permitindo questionamentos como alguns foram levantados aqui.

Mas este foi o momento de debates e de tensão. Nós vamos buscar aqui uma saída. Tenho a convicção de que aquela votação, que aconteceu nesta última sessão, foi fruto também da possibilidade de construir um acordo. Espero que construamos um acordo, no dia de hoje, para que possamos votar não só o orçamento, mas também diversos outros projetos de lei necessários para esta Casa, a exemplo do projeto da deputada Maria del Carmen.

A deputada Luiza Maia levanta essa questão do voto aberto, já disse mais de uma vez que votarei a favor se ele for colocado aqui por uma deliberação do meu partido. Mas, obviamente, não podemos dizer que nenhum deputado se esconde atrás de voto secreto. Não é verdade isso. Acho que o deputado não merece esse tipo de colocação. Nenhum deputado se esconde atrás de voto secreto. O voto secreto, em alguns casos, muito pelo contrário, cria a possibilidade do deputado votar de uma forma a não ter pressão de alguns interesses que, às vezes, ele é submetido.

Aqui, desafio algumas questões, e isso aconteceu agora no Congresso Nacional, quando se debateu o voto aberto e teve que se restringir alguns pontos, porque dificilmente se derrubará vetos do Executivo. É num processo em que se tem uma relação... Em que as Assembleias Legislativas dos Estados continuam ainda muito subordinadas aos executivos estaduais.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar para o próximo orador - Srs. Deputados, especialmente os Líderes da Maioria e da Minoria -, ontem à noite, conversei com o Líder do Governo, deputado Zé Neto, e com o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, no sentido de fazermos um acordo. E foi acertado só um dos itens do acordo. Foi acertado, ontem à noite, que eu não sancionaria, não publicaria o projeto de resolução que foi aprovado aqui e que voltariamos para aquele acordo de no máximo 10 destaques para cada deputado, com direito de pedir verificação de quórum, se quiser, depois de cada 10 destaques, sem direito a discutir e sem direito a encaminhar. Foi acordo fechado com o deputado Elmar Nascimento, que representa toda a Base da Minoria, e com o deputado Zé Neto, que representa toda a Base da Maioria.

Eu só posso arquivar o projeto de resolução por unanimidade. Eu não posso... O projeto já aprovado nesta Casa. Então, na Ordem do Dia, por acordo de todos os parlamentares, colocarei minha proposta de arquivamento. E os deputados concordando, que eu espero, já que fiz um acordo com os deputados Elmar e Zé Neto, arquivaremos aquele projeto de resolução. Repito, projeto aqui aprovado, eu só posso arquivar, ou seja, não sancionar – eu não tenho prazo de sanção, ou seja, não tenho prazo para poder sancionar. Mas, por acordo só por unanimidade. Logo, na Ordem do Dia, eu colocarei o arquivamento do projeto de resolução em troca de virarmos jurisprudência de no máximo 10 destaques por cada deputado que quiser, sem discussão, no destaque, sem encaminhamento. E, se necessário, de 10 em 10 votações de destaque, se o deputado quiser, pede uma verificação de quórum.

Portanto, agradeço e parabenizo o deputado Zé Neto e o deputado Elmar Nascimento que tiveram bom senso. Acho que esta Casa é política.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho. Com relação ao acordo geral, compete ao deputado Zé Neto, ao deputado Elmar Nascimento e aos deputados que quiserem fazer um acordo amplo. Entenderam?

Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, quero confirmar o que V.Ex^a falou e dizer o seguinte: desde ontem, dissemos que a permanecer a intenção de aprovar e tornar prática essa resolução que modifica o Regimento Interno da Casa, a qual consideramos imoral, não avançaria nenhum tipo de acordo nesta Casa. Mas, em atenção ao gesto de V.Ex^a, que desde cedo mostrou boa vontade em negociar um meio termo que impedisse essa modificação, que impedisse a promulgação, estamos abertos a conversar. Começamos a conversar, há pouco, com o Líder do governo. As conversas avançam, mas não abrimos mão de discutir o Orçamento, pois é um projeto importante para o nosso Estado. Temos as nossas prioridades, embora os governo tenha prioridades equivocadas. Vamos apresentar destaques, justamente para demonstrar que não concordamos com as prioridades estabelecidas pelo governo. Não precisaremos nem desses 10 destaques para cada deputado, talvez sejam 10 para a Bancada inteira, mas não podemos deixar de marcar as nossas posições e de debater

essas modificações no Orçamento.

Evoluindo essa questão, a intenção é de votar o primeiro turno hoje, e na próxima segunda – aí dependemos da posição do Líder do governo – ou na terça-feira votaríamos o Orçamento total. Claro que sob a condição de votarmos hoje, por dispensa de formalidade, a PEC do Orçamento Impositivo, o que o Líder do governo já sinaliza positivamente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, proporei o seguinte, só para não entrar em debate, o acordo do destaque já está confirmado por V.Ex^a – nem precisava, porque a sua palavra para mim basta – e pelo deputado Zé Neto. Com relação ao acordo geral, estou sugerindo que o deputado Zé Neto, sem suspender a sessão, reúna a sua Bancada – eu posso ir até lá – e que V.Ex^a também reúna a sua Bancada– eu posso ir até lá...

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Entenda, estou tentando apenas mediar um acordo. V.Ex^a sabe que eu medie o acordo. Fizemos a proposta, certo? A proposta, na realidade, é do deputado Zé Neto. Ele fez a proposta, eu aceitei. Se V.Ex^a aceitar a proposta, poderemos bater o martelo desse acordo hoje. Agora, deputado Zé Neto, deputado Elmar Nascimento, não vamos entrar em discussão do acordo. Por enquanto, ficamos nas reuniões e, se chegarmos a um acordo, tornaremos isso público.

O Sr. Zé Neto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto. Gostaria, se fosse possível, que V.Ex^a fosse breve.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, primeiro, acho que a grandeza do Parlamento é exatamente essa, não fechar as portas. Quero, aqui, inclusive, agradecer aos deputados Elmar Nascimento, Gaban e Bruno Reis. Temos e teremos os nossos enfrentamentos, isso faz parte do processo político, da democracia. Essa é uma situação extremamente natural de uma democracia oxigenada. Evidentemente, o gesto de grandeza de V.Ex^{as}, no sentido de entenderem que é possível chegarmos a um denominador comum sem precisar alterar o Regimento Interno, que, desde o início, era algo extremamente desconfortável... Não havia um conforto em alterar o Regimento Interno, nem da minha parte, nem da parte da Bancada, mas as situações da política nos levam a essas definições, que acho que não são nada definitivas.

Da nossa parte, acho que é possível, sim, fazermos toda aquela acomodação. A questão da Emenda Impositiva é uma situação – o Estado da Bahia inovará nesse sentido – que deve ser elaborada com as mãos do governo e da oposição, contando com a colaboração do deputado Marcelo Nilo. Sem nenhuma dúvida, sem o deputado Marcelo Nilo, pelo magistrado que é, não caberiam essas situações que, do nosso ponto de vista, são positivas para o Poder Legislativo do Estado.

Estamos, hoje, no dia 22, e esperamos que tenhamos uma solução que possa agregar a esta Casa uma vitória de todas as Bancadas e de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, vamos continuar o Pequeno Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O Pequeno Expediente já acabou, Sr. Presidente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente. Não há orador no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do PSL/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu tinha entendido que V.Ex^a havia sugerido a interrupção da sessão para que o Líder do governo converse com a Bancada e para que nós também conversássemos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado. É melhor sem a interrupção da sessão, caso contrário ficaremos igual à sessão de segunda-feira, interrompendo a todo o tempo.

O Sr. Gaban:- Mas estamos na iminência de um acordo. Há a proposta em que V.Ex^a abriu a possibilidade de um acordo, quando disse que não sancionaria a imoralidade que foi aprovada pela Maioria. Então, acho que...

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, aceitamos. Não estamos preocupados com o tempo.

Sr. Presidente, já coloquei os termos para o Líder do governo. Ele que reúna a sua Bancada para me dar a resposta.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem se o Líder do governo concordar em suspender a sessão por 20 minutos. Agora, no máximo por 20 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- A demora é dele, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} concordam com os 20 minutos?

O Sr. Elmar Nascimento:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, vamos suspender por 20 minutos. A Bancada da Oposição se reúne em um local e a Bancada do governo em outro, para ver se chegamos a um acordo.

(A sessão é suspensa por 20 minutos.)

(Continua suspensa a sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Reabro os trabalhos para comunicar acordo de Lideranças e a suspensão da sessão por mais 30 minutos.

(Continua suspensa a sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Informo que a sessão será suspensa por mais 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Declaro reabertos os trabalhos. Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco

Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o nobre deputado João Carlos Bacelar. E eu falarei pelos 5 restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o governo não aprende. Continua tratando o funcionalismo público de uma maneira malvada, sem a atenção que ele precisa e merece. Estamos hoje já no dia 22 de janeiro, e o governo Wagner silencia quanto ao reajuste linear dos servidores públicos estaduais. A data-base da categoria na Bahia é 01 de janeiro, mas até agora não ouvimos uma manifestação sequer do governo do Estado em relação ao aumento dela.

Falta diálogo, não há conversa, não há uma mesa de negociação. E, neste momento em que nós tentamos votar aqui a Lei Orçamentária anual, uma bandeira nossa é a alteração do percentual que o governo estadual colocou nesta proposta para o ano de 2014. Ela prevê um reajuste linear de 5,2% para o funcionalismo, quando a inflação oficial de 2013 foi de 5,9%. Nem a inflação o governo Wagner repôs. Nem a inflação o governo Wagner quer repassar ao funcionalismo. Mas agora, em reunião da Bancada da Oposição, um dos destaques para a Lei Orçamentária anual é, entre dez outros que nós estamos discutindo, a correção deste aumento.

No ano passado, todos nós estamos lembrados de que o governo baiano ofereceu inicialmente ao funcionalismo público estadual 2,5% de aumento para uma inflação de 5,84%. E é este o governo que se diz dos trabalhadores! E é este o governo que se elegeu mostrando à sociedade baiana o contracheque da categoria!

Como nas diversas outras áreas que o PT administra, este governo tem um discurso e uma prática totalmente diferentes e continua a tratar mal o seu funcionalismo, especificamente - temos de chamar a atenção para isto - os docentes das Universidades do Estado da Bahia.

Volto a dizer: assim como em 2013, o governo iniciou 2014 sem dialogar com as diversas categorias do funcionalismo. Esta proposta orçamentária que deve começar a ser votada hoje prevê para os servidores um aumento de 5,2%, o qual está abaixo da inflação e não repõe as suas perdas.

Quero, aqui, também, sugerir à Bancada da Oposição que, como destaque nas emendas à Lei Orçamentária, nós exijamos a aplicação de 7% da receita líquida de impostos para as universidades estaduais.

Essas são duas bandeiras que a Oposição não abre mão, quais sejam, primeiro, o reajuste do funcionalismo no valor, pelo menos, de 5.9% para repor a inflação e, segundo, a garantia, na Lei Orçamentária, de que 7% da receita líquida dos impostos serão transferidos para as universidades do Estado da Bahia que se encontram em uma situação calamitosa. Não sei o que ocorre com o governador. Vejam, ele é um

homem vindo da luta sindical, um homem que sempre teve, ao seu lado, os trabalhadores. No entanto, depois que chegou ao governo da Bahia, o governador trata os trabalhadores baianos de jeito a achatar os salários do funcionalismo e não coloca o funcionalismo, deputado que preside esta sessão e nobre deputado Mário Júnior, em seu devido lugar, pois trata o funcionalismo à base do chicote, da opressão e do achatamento salarial.

Essas são as duas bandeiras que a Oposição levanta e que discutirá hoje, quais sejam, 7% da receita de impostos para as universidades estaduais e, para o funcionalismo, 5.9% de aumento salarial.

Deputada Kelly, conto com seu apoio.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caro deputado Mário Negromonte, presidente desta sessão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, colegas da imprensa, você, da *TV Assembleia*, gostaria de dizer que o deputado Zé Neto abre uma possibilidade de diálogo na medida em que retira esta excrescência que seria a mudança do Regimento Interno desta Casa.

Não quero dizer que foi uma vitória da Oposição ou foi uma derrota do Líder do Governo. Não. É uma vitória do Parlamento. Quando há o entendimento, há necessidade da Oposição ao cumprir com o seu papel amparada pelo Regimento. Isso é importante para a democracia. Isso fortalece o Parlamento. Vejam o quanto é importante para a democracia termos o oposto, o lado contrário, o contraditório!

Com essa abertura do deputado Zé Neto, reconhecendo que, para haver o diálogo, é necessário haver boa vontade, nós, da Oposição, estamos abertos sem fazer acordo. A Oposição não faz acordo mas, ao mesmo tempo, entende ser o gesto do Líder do governo merecedor de toda a nossa atenção.

Vamos continuar cobrando para esta Casa aprovar o Orçamento Impositivo. Isso dará mais autonomia aos mandatos para que possamos atender às nossas bases com benefícios importantes para as nossas comunidades. Claro, isso dependerá, perfeitamente, da aprovação dessa PEC nesta Casa. Mas isso não é motivo de acordo. É importante haver votação e cada parlamentar votar de acordo com a sua consciência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ainda hoje, deveremos votar o primeiro turno do Orçamento. Nós não concordamos em vários pontos deste Orçamento. Vamos ter a oportunidade de explicitar o que nós entendemos que não é o melhor para os baianos, para uma administração governamental, em algumas pastas não serão atendidas, especialmente como deve ser a área da segurança pública. É um orçamento que deixa a desejar. Nós precisamos de mais verbas, mais recursos para a saúde, para a educação, mas a segurança pública tem sido o calcanhar de Aquiles deste governo.

O crime organizado toma conta do nosso Estado. Nunca se assaltou tantos

bancos na Bahia, nunca na história desse Estado se explodiu tantas caixas eletrônicas, nunca se matou tanto no Estado da Bahia e nunca o tráfico de drogas esteve tão fortemente impondo a lei. Sei que o governo tem as condições necessárias para combater. É necessário que haja investimentos no serviço de inteligência das Polícias, que haja melhoria e aumento do efetivo, e é necessário que tenhamos um orçamento que compatibilize todas essas necessidades. E nós, da Oposição, vamos estar aqui vigilantes e atentos, chamando a atenção para que o governo repare os seus equívocos e os seus erros.

Ainda há tempo, apenas foi lido, meu caro deputado Adolfo Viana, o parecer do nobre relator, o deputado João Bonfim, mas nós teremos ainda dois turnos. Se votarmos um turno hoje, votando o próximo, o segundo turno na próxima semana, ainda teremos uma semana para aprimorar, para melhorar esse orçamento. E no qual chamo a atenção do Líder do governo, deputado Zé Neto: ainda há tempo de fazer uma distribuição melhor para as pastas do governo do Estado e que inclua, que tenha boa vontade, que veja o que é possível fazer para melhorar os recursos para a segurança pública, que tem sido o calcanhar de Aquiles deste governo.

Nunca, na história desse Estado, tivemos, uma necessidade tão premente de investimentos importantes na área da segurança pública.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Leur Lomanto e pelo resto do tempo o deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, finalmente esta Casa, com muito atraso, inicia a discussão do orçamento de 2014. Eu tenho dito ao longo desta semana que isso é o reflexo da pouca importância que esse governo dá em relação às questões vinculadas à gestão administrativa e financeira do Estado da Bahia.

Eu não me recordo, ao longo de toda a história e, com certeza, nos últimos 11 anos que aqui estive presente, que esta Casa tenha fechado o calendário anual sem a apreciação daquela que considero a mais importante lei de qualquer Parlamento, a lei orçamentária anual.

E quero dizer, Sr. Presidente, que esse atraso não é fruto, não é responsabilidade, dos deputados que fazem oposição nesta Casa, até porque estando

nesta Casa em minoria não temos os instrumentos regimentais para atrasar, impedir, a votação do orçamento. Essa situação se deveu a uma série de equívocos, a uma série de decisões mal tomadas pelas Lideranças governistas nesta Casa que pensavam que por ter uma maioria neste Parlamento poderiam definir a agenda parlamentar de acordo com o seu bel-prazer.

A Oposição de maneira corajosa, responsável, ativa, utilizou-se desta tribuna para não aceitar as imposições e, principalmente, para denunciar à sociedade a tentativa torpe, Sr. Presidente, de tentar macular a imagem deste Parlamento com a aprovação de uma resolução que iria manchar esta legislatura e que iria manchar, principalmente, aqueles que se curvaram e que aceitaram se submeter a esse capricho governamental.

Felizmente, o presidente desta Casa teve o bom senso de não promulgar esta resolução imoral porque se assim o fizesse, como nós por diversas vezes alertamos nesta Casa, não restaria nenhuma condição de entendimento, de diálogo, entre as Bancadas da Oposição e do Governo nesta Casa.

Nós continuamos com o mesmo propósito de cumprir com as nossas obrigações de discutir a peça orçamentária, e vamos fazê-lo, mostrando as inconsistências, demonstrando o quanto está longe a peça orçamentária da propaganda do governo, denunciando um aumento injustificável dos recursos destinados ao custeio da máquina pública em detrimento das ações voltadas para investimento que são, em última instância, aquelas que efetivamente chegam ao anseio da população.

Continuaremos aqui, Sr^a Presidente, debatendo, discutindo, a peça orçamentária que vai à votação, em primeiro turno, no dia de hoje e continuaremos debatendo a mesma na votação do segundo turno na próxima semana com o objetivo, repito, principal, Sr^a Presidente nobre deputada Kelly Magalhães, de demonstrar à população as inconsistências e a diferença que existe entre a realidade e a propaganda do atual governo.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, fiquei feliz ao entrar neste Plenário na tarde de hoje e ouvir do Líder do governo, deputado Zé Neto, e do próprio presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, a intenção de arquivar o projeto da mudança do Regimento desta Casa, que foi aprovado na segunda-feira. Na segunda-feira, tive a oportunidade de usar esta tribuna para combater frontalmente essa iniciativa, que partiu da Bancada do governo nesta Casa, de mudar de forma casuística o Regimento desta Casa. O que, sem sombra de dúvida, ia contra o direito da Minoria. E essa atitude não era uma atitude que visava beneficiar a Bancada do governo ou prejudicar, simplesmente, a Bancada da Minoria, mas, sim, prejudicar este Parlamento. Imagine, deputada Maria Luiza

Laudano, a cada projeto de conveniência do governo do Estado se resolver mudar o Regimento desta Casa para impedir a Bancada da Oposição de realizar o seu trabalho de fiscalização. E de debater, pois o único instrumento que a Bancada da Oposição tem nesta Casa é este microfone e esta tribuna.

Mas fiquei feliz pelo reconhecimento que o presidente Marcelo Nilo e o Líder do governo, deputado Zé Neto, tiveram. Sabia que a maioria da Bancada do governo tinha esse pensamento e não concordava com a mudança do Regimento. E também, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, fico feliz em ouvir por parte das Lideranças desta Casa um entendimento para que se aprove ainda hoje o Orçamento Impositivo.

Fui um dos primeiros parlamentares a subir a esta tribuna defendendo a aprovação da PEC do Orçamento Impositivo, de autoria do meu colega, deputado Euclides Fernandes. Mostrando que essa seria uma grande oportunidade para que nós, parlamentares, pudéssemos dar uma resposta às demandas e às necessidades dos municípios que representamos.

Estou aqui nesta Casa no meu segundo mandato. Todo final de ano apresento aqui diversas emendas para beneficiar os municípios que represento. No primeiro ano, confesso a V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, apresentei ainda, inocentemente, as emendas achando que algumas delas seriam aprovadas, mas não. Todas rejeitadas: no primeiro, no segundo, no terceiro, no quarto, no quinto, no sexto ano, o que é uma decepção para os municípios que representamos.

Então, a aprovação do orçamento impositivo vai possibilitar que nós, parlamentares, possamos atender pelo menos de uma forma pequena, mas que possamos atender em alguma coisa as demandas dos municípios que representamos e que nos colocaram aqui neste Parlamento. Será uma vitória não da Bancada de governo nem da Bancada de Oposição, será uma vitória do Parlamento desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o Líder do PSC, PV, PR ou PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Com a palavra o nobre deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sr^a Presidente, nobre deputada Kelly Magalhães, que tão brilhantemente preside esta sessão, companheira da região Oeste da Bahia, que tem sua história e sua luta travadas por aquele povo.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero saudar também a imprensa que tem acompanhado os trabalhos nesta Casa com bastante afinco nos últimos dias, todos torcendo para que haja um acordo para que o Estado da Bahia não saia prejudicado no sentido de que consigamos votar, na tarde de hoje ainda, o primeiro turno do orçamento do Estado, além do projeto de lei Anticalote que vai ajudar os terceirizados do nosso Estado. Pessoas que inclusive nos últimos tempos, nos últimos 30 dias, têm acompanhado as sessões ordinárias, têm acompanhado no dia a dia aqui desta Casa, buscando um entendimento entre as Bancadas de governo e de Oposição, os líderes dessas Bancadas, deputado Zé Neto, Líder da Maioria e o deputado Elmar

Nascimento, Líder da Minoria nesta Casa Legislativa. Sabemos do empenho dos deputados. Acredito que esse projeto será votado ainda no dia de hoje, depois de cerca de cinco sessões bastante polêmicas em que o diálogo entre governo e Oposição tem se tornado bastante difícil, mas sempre com o bom senso prevalecendo, sempre buscando que o confronto não chegue a atrapalhar os trabalhos desta Casa Legislativa.

Sabemos também que a famosa tensão pré-eleitoral tem tomado conta do dia a dia dos deputados. Afinal este é ano de eleição, no qual quase todos os 63 deputados desta Casa buscam a renovação do seus mandatos, e alguns colegas buscam o caminho da Câmara dos Deputados, são candidatos a deputado federal.

Sabemos que esse clima de eleição também tem prejudicado muito o dia a dia desta Casa Legislativa. Mas, como parlamentares que somos, como homens e mulheres públicos que somos, não podemos deixar que isso venha a prejudicar o andamento dos trabalhos, que são de interesse do povo da nossa querida Bahia.

Eu, que sou um deputado que caminha por todo o interior do Estado, nobre deputado Temóteo Brito, sou votado nos quatro cantos desta Bahia, tenho visto o trabalho realizado pelo nosso governador Jaques Wagner e pela nossa presidenta Dilma Rousseff, inclusive fornecendo equipamentos aos municípios.

Na última sexta-feira, o governador teve a oportunidade de entregar, ao lado dos companheiros, diversos ônibus escolares que vieram para contribuir com a melhoria da qualidade de vida do povo no interior do nosso Estado.

Teremos uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário na próxima sexta-feira, que contemplará mais de 154 cidades, que receberão 262 equipamentos, sendo 70 caminhões-pipa, 116 pás-carregadeiras e 76 caminhões-caçamba, num investimento que chega a R\$ 81 milhões, para ajudar aos municípios que sofreram bastante com a seca nos últimos meses e os que agora sofrem com as chuvas, que chegaram destruindo estradas, derrubando casas, com tragédias anunciadas como a que aconteceu no Município de Lajedinho.

A destruição provocada pela chuva tem tomado conta também da Região Sul e do Baixo Sul da nossa Bahia. Hoje, pela manhã, recebi telefonemas de diversos prefeitos, como a prefeita de Aurelino Leal, o prefeito de Ubaitaba, todos preocupados com os efeitos da chuva em suas cidades ao longo dos últimos dias, que tem prejudicado muito as estradas vicinais, nobre deputada Ivana Bastos, que tão brilhantemente preside esta sessão. V.Ex^a, que é filha de Guanambi, tem sua história e sua marca política naquela região, deputada de primeiro mandato, como eu também, tem caminhado por esta Bahia, buscando a renovação do mandato.

O Sr. Temóteo Brito:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. CACÁ LEÃO:- Concedo o aparte ao nobre deputado Temóteo Brito.

O Sr. Temóteo Brito:- Quero parabenizar o deputado Cacá Leão por seu pronunciamento, no qual cita que percorreu este Estado por todos os lados.

Quero, também, parabenizar a nossa deputada Ivana Bastos, por ser do PSD e por estar presidindo esta sessão. Fiz questão de pedir o aparte para mostrar aos deputados que essa deputada, lá em Guanambi e em toda aquela região, é

um ídolo. Ela faz um grande trabalho, luta pelo desenvolvimento regional, pela Ferrovia Oeste–Leste. Isso é uma demonstração de que o nosso partido, o PSD, hoje, está privilegiado por tê-la presidindo a sessão.

Quero dizer, deputado Cacá, que V.Ex^a continua a sua luta, o seu trabalho, com humildade. Esta Casa precisará muito de V.Ex^a, retornando, mais forte e com mais votos, para alegria de todos os colegas aqui presentes.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Agradeço, nobre deputado Temóteo Brito. É um trabalho brilhante esse que a deputada Ivana faz, semelhante ao que V.Ex^a desempenha no Extremo Sul da Bahia, mais especificamente na cidade de Teixeira de Freitas. V.Ex^a, que tem diversos companheiros, essa dupla pessedista no Estado da Bahia, um partido presidido pelo nosso vice-governador Otto Alencar, um dos maiores homens públicos desta terra.

A Sr^a Ivana Bastos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CACÁ LEÃO:- Com um aparte a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a Ivana Bastos:- Agradeço aos deputados Cacá Leão e Temóteo Brito, que faz parte PSD e nos engrandece. Devo dizer ao deputado Cacá Leão, que é membro da Comissão da Ferrovia Oeste-Leste da Assembleia, que tive a oportunidade, ontem, de estar no município de Licínio de Almeida. Foi uma oportunidade triste, porque fui ao sepultamento de um grande amigo, o ex-vereador Roque Correia, vereador de sete mandatos, homem de bem, que nos deixa uma saudade muito grande.

E voltando hoje, deputado, tive a oportunidade de passar perto do município de Lagoa Real, onde vemos as obras da ferrovia a todo vapor, onde vemos caçambas, maquinário e cerca de 80 pessoas trabalhando naquele canteiro. Isso nos dá a convicção de que é realidade. E o Lote 4, onde V.Ex^a teve a oportunidade de estar presente e de fazer uma visita, tem sido construído com celeridade. Precisamos que essa celeridade vá também para os outros lotes.

Aproveito a oportunidade para registrar também o falecimento – esses últimos 8 dias foram muito tristes – do prefeito de Dom Basílio, nosso amigo, nosso querido Dr. Marilton, que descansa. Dr. Marilton estava com um câncer havia aproximadamente 8 meses, que o levou a óbito, deputado Temóteo. Comoveu a região inteira, uma cidade inteira, um jovem de 44 anos, com muitos sonhos. Então, essa foi uma semana bastante triste.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar o falecimento desses dois grandes amigos. Desejo às famílias fé em Deus e coragem. E só o tempo acalmará e tranquilizará os corações.

Agradeço, deputado Cacá Leão, pela sua brilhante companhia na nossa comissão e na Assembleia Legislativa. V.Ex^a é um deputado que nos engrandece muito.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Conclua, deputado.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Agradeço as palavras carinhosas da querida amiga deputada Ivana Bastos, e as palavras do deputado Temóteo Brito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Não havendo orador, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. O Sr. Gaban:- Eu usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu, alguns meses atrás, vi o cancelamento de um contrato feito pelo Estado. Queria atender à Secretaria da Segurança Pública com equipamentos que o secretário da Segurança Pública havia comprado e vão modernizar o sistema de comunicação, de monitoramento, da própria rede de comunicação da polícia, antevendo, inclusive, a Copa do Mundo. Seria um grande legado que o governo estaria fazendo. Mas vi o cancelamento, e já tinha tido a homologação de equipamentos da ordem de R\$ 500 milhões, por parte da Secretaria da Segurança Pública. Achei estranho, ser através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, comandada pelo deputado Paulo Câmara. Achei estranho!

Entrei em contato com o secretário da Segurança Pública, e ele me disse que tinha sido uma decisão da Secretaria, porque ele não tinha técnicos na área. Inclusive falei com o secretário, na época: “acho que quem deveria ter feito a licitação era a Sucab ou, na pior das hipóteses, a Conder, nunca a Secretaria de Ciência e Tecnologia”. Mas, enfim, era o processo que estava. Fiquei alerta, meu caro presidente Paulo Rangel. Fiquei extremamente alerta, pois achei estranho o cancelamento.

Um mês depois, sai a contratação, através da própria Secretaria de Ciência e Tecnologia, com dispensa de licitação, da empresa Damiani, empresa desconhecida. O cancelamento de contrato tinha sido feito com a empresa Civil Construtora, empresa baiana tradicional no mercado imobiliário e de construção que, há 50 anos, trabalha no nosso Estado. E contratam uma Damiani por R\$ 53,5 milhões, R\$ 11,5 milhões a mais. Vim a esta tribuna denunciar. Denunciei, porque achava um absurdo cancelar uma licitação e fazer uma dispensa, num ano eleitoral, para contratar uma empresa desconhecida.

Fiquei atento o tempo todo, pegando no pé. Estava pronto para entrar com a solicitação, porque não vi homologado o resumo do contrato da empresa Damiani por parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia, como também não tinha visto, publicado no Diário Oficial, o cancelamento dessa dispensa de licitação.

O deputado Paulo Câmara, que estava recém-chegado, me procurou e disse que já havia dado ordem para cancelar esse processo de dispensa de licitação. Procuramos e não achamos. A forma que foi colocada pela Secretaria não fazia referência ao objeto, mas apenas cancelava uma dispensa que tinha sido feita, mas, efetivamente,

foi feito o cancelamento desse contrato, dessa dispensa de licitação, no valor de R\$ 53,5 milhões.

Então, dou por cumprida a minha missão, e, mais uma vez, defendendo os interesses do governo do Estado, porque é dinheiro do governo e da população que paga os impostos. Dou a minha missão e a da Oposição como mais uma contribuição ao governo, para evitar que o dinheiro seja gasto desnecessariamente e reforçando a tese informada pelo próprio secretário da Segurança Pública, Dr. Maurício, de que não tinha urgência no prédio a ser licitado. Até porque tinha como abrigar os equipamentos contratados, provisoriamente, em outra área, e não afetaria em nada o monitoramento que ele desejava.

Tenho também que fazer jus, diferente do que fez o secretário Jorge Solla, numa época em que eu o denunciei, porque ele estava superfaturando o Hospital de Seabra, que ficou mais de mês debatendo comigo na imprensa, dizendo que eu era mal informado, dizendo que não havia superfaturamento de nada... Ele usou a rádio de Seabra, onde eu era e sempre fui o representante, dizendo, de uma maneira até covarde, que eu não queria que o hospital de Seabra fosse construído. Na realidade, eu não queria que o hospital fosse construído por aquele valor superfaturado. Depois que o Ministério Público entrou na briga a meu favor, porque enviei todos os documentos necessários... O próprio Ministério Público pediu dados para a Secretaria da Saúde. No momento que os dados foram enviados, ficou comprovado o que eu havia dito: superfaturamento, e o governo foi obrigado a cancelar a construção do hospital. Então, diferente do que fez Solla, diferente também foi o secretário Maurício Barbosa, da Segurança. Alguns meses atrás denunciei que o chefe de Engenharia exercia irregularmente a profissão. O secretário me ligou dizendo que não. Então lhe pedi que investigasse. Ele investigou, constatou, viu que eu tinha razão e exonerou.

Agora tenho de parabenizar o secretário Paulo Câmera, porque às vezes a equipe pode errar, mas nem sempre o gestor... Não quero entrar no mérito, entendeu, deputado Paulo Rangel? O importante é que o erro foi constatado, e o deputado Paulo Câmera, antes de sair da Secretaria, mandou publicar no Diário Oficial o cancelamento dessa dispensa de licitação com a empresa Damiani.

Ganhamos todos nós. Ganha o governo, que pode fazer um contrato melhor com edital melhor. Não sei quem vai licitar, se a própria Secretaria ou a Sucab. Recomendaria a Sucab, a Conder, seja quem for. O importante é que, em reconhecendo a falha, o deputado Paulo Câmera tomou as providências necessárias. Portanto, tenho de parabenizá-lo - como fiz com o secretário Maurício - por ter cancelado essa dispensa de licitação, dando mais transparência ao órgão. Esse era o meu dever.

Depois de eu fazer a denúncia, o governo recuou, constatou, arquivou e fará um novo processo. Todos estão de parabéns! O ex-secretário Paulo Câmera e o próprio governador, que naturalmente deve ter participado dessa conversa com ele.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por acordo, combinamos que depois da reunião entraríamos direto na Ordem do Dia, porque perdemos muito tempo.

Então vou pedir vênha aos deputados inscritos para entrarmos...

O Sr. Paulo Azi:- Só há um deputado inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um?

O Sr. Paulo Azi:- Um deputado do PT.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O PT vai falar?

Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de dez minutos. (Pausa) Não tem orador?

A Sr^a Kelly Magalhães:- Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Não há orador. Não é isso, deputada?

A Sr^a Kelly Magalhães:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, vou suspender a sessão por 10 minutos para ver se os Líderes entram num acordo em definitivo para, se possível, alterar a pauta. Suspenderei por dez minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Esquece o acordo!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o acordo está encerrado.

O Sr. Sandro Régis:- Esquece o acordo!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu sei, deputado. Não falei de acordo. Falei apenas em alterar a pauta. Na inversão da pauta.

Vou suspender por dez minutos.

(Suspensão da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reabertos os trabalhos.

O deputado Carlos Geilson pediu vista ao parecer do Orçamento.

Vamos começar a discutir o parecer do deputado João Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, ocupantes das Galerias, os que nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*, já estamos chegando ao final do mês de janeiro, mês que vai entrar para a história da Assembleia, porque a Oposição resistiu bravamente, cumprindo seu papel, papel no qual a população nos colocou nas últimas eleições, de, nesta Casa, cobrar, fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos, e, especialmente, fazer com que esta Casa funcionasse efetivamente, que os debates acontecessem, que cada projeto pudesse ser aperfeiçoado, melhorado, que pudéssemos esgotar até as últimas instâncias qualquer tipo de discussão.

Foi justamente por isso que a Oposição não aceitou e não aceita a celebração de qualquer acordo que vise antecipar prazos de votações, que vise atropelar o que estabelece o Regimento desta Casa.

É justamente por isso que neste ano, nobre líder Gaban, não haverá recesso em janeiro na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Daí, o governo tenta aprovar hoje, em primeiro turno, o Orçamento, pois tem a sua Maioria.

A Oposição está aqui e vai cumprir o seu papel que é o da obstrução, ou seja, do debate. Resistimos à aprovação de um projeto de resolução que pretendia rasgar o Regimento desta Casa, pois tal projeto pretendia cercear o mais nobre direito da Oposição que é o de usar a sua voz e que é o de poder apresentar os destaques para a apreciação do Orçamento. A Base do governo passou o rolo compressor e aprovou este projeto. Mas, ao final, tiveram de reconhecer – em especial, o presidente Marcelo Nilo e o Líder do governo, Zé Neto – que tal manobra iria manchar as suas histórias à frente do Legislativo e, também, tal manobra iria manchar a história do Líder Zé Neto na condução da Bancada do governo.

E, hoje, voltaram atrás! Eles comprometeram-se a revogar este projeto. Projeto este que nós aguardamos que o presidente coloque em plenário para a sua apreciação e, posterior, revogação. Aí, este Parlamento vira esta página sem permitir que este direito seja cerceado nesta Casa.

Vamos apresentar os destaques corrigindo erros existentes no Orçamento. O Orçamento de 2014, nobres deputados e deputadas, reduz em 30%, em relação ao ano de 2013, os valores dos recursos para investimentos.

Ora, ora, isso é, até, um contrassenso, pois, geralmente, no último ano de mandato, os governos destinam mais recursos para investimentos. Vejam, se se fizer uma análise precisa dos recursos destinados para investimentos em cada secretaria, haverá secretarias, praticamente, zeradas em seu orçamento individual para investimentos.

Cito, aqui, o caso prático da Secretaria de Infraestrutura que teve, no ano passado, uma previsão de R\$ 700 milhões para investimentos e este ano reduz-se para algo em torno de R\$ 250 milhões somente para investimentos. Vejam vocês, são R\$

250 milhões para recuperar e para a construção das estradas de toda a Bahia.

Isso é, praticamente, um investimento irrisório. É menos, nobre deputado Sildevan, o que este Orçamento, que estamos aqui discutindo, hoje, destina para a infraestrutura e para as obras de pavimentação asfáltica de estradas em toda a Bahia.

Tal valor é menos do que o prefeito ACM Neto está gastando com o recapeamento, durante este ano, no município de Salvador. Estamos gastando em Salvador, nobre Líder Elmar Nascimento, R\$ 300 milhões em recapeamento asfáltico.

E este Orçamento de 2014 prevê, apenas, R\$ 250 milhões, nobre deputada Maria Luiza, para toda a Bahia nas áreas de recuperação de estradas e para a construção de novas estradas.

Agora, também na contramão, o Orçamento, na área da segurança pública, está sendo reduzido. Por outro lado, o Orçamento, na área da publicidade, se comparado com o ano passado, tem aumento de mais de 20%.

Não adianta querer combater a violência, o tráfico, o crime, a marginalidade, pois não se resolverá tudo isso com a vara de condão. Precisa-se de investimentos. Reconheço até o esforço do secretário da Segurança Pública. Acho que se esforça para cumprir o seu papel e fazer a sua parte, mas o governador não vê a área de segurança como prioridade, e se não há recursos, não há como resolver os problemas.

Como esta área do orçamento, há diversas outras áreas que necessitam de recursos e que não são prioridade. Estão, por exemplo, aqui, as defensoras públicas do Estado da Bahia. O orçamento da Defensoria também está limitado e precisa ser melhorado. Precisamos nesta Casa, hoje, tentar melhorá-lo. É uma prioridade, pela missão que têm os defensores públicos. Praticamente não há defensor público além da margem do São Francisco. Cidades importantes necessitam da Defensoria, e não há por parte do governo uma prioridade no Orçamento para prestigiar, para permitir que tão importante serviço seja oferecido à sociedade.

Esse Orçamento, que a Oposição ao longo deste mês resiste bravamente para que não seja aprovado, tem distorções em todo o seu corpo. Está evidente que, quando se reduzem os recursos e os investimentos, é porque a máquina pública do Estado está inchada, pesada. Se formos analisar os gastos com mão de obra, com contratação de consultoria, com empresas terceirizadas, se compararmos os 4 primeiros anos do governo Wagner com os 3 primeiros anos do segundo mandato, no que se refere a locação de mão de obra, nos 4 primeiros anos se gastaram R\$ 800 milhões. Nos 3 últimos anos, 2011, 2012 e 2013, já no segundo mandato de Wagner, se chega a R\$ 1,8 bilhão. Portanto, triplicaram os gastos na área de mão de obra. Se formos para os gastos com consultorias e assessorias, nos 4 primeiros anos foram gastos R\$ 70 milhões, nos 3 últimos foram R\$ 190 milhões.

O Estado perdeu a capacidade de investimento. Está claro no Orçamento, nobre Líder Zé Neto. Por quê? Porque tem de custear com a máquina pública, que saiu de 19 para 31 secretarias. Chamamos a atenção para isso há 3 anos. Quando o secretário Fernando Schmidt saiu da secretaria e foi assumir a presidência do Bahia, no outro dia a secretaria foi extinta. A pessoa de Fernando Schmidt tem qualificações

que lhe permitem colaborar com o governo, mas dá a impressão de que a secretaria não servia para nada. No dia em que ele sai da secretaria, ela é extinta. Dá a impressão de que funcionava apenas por ser mais um posto para se acomodar um aliado, um companheiro, um parceiro político.

O governador promove diversas mudanças nas secretarias por força das eleições e a Oposição recebe com surpresa a criação de mais uma nova secretaria, secretaria esta para acomodar e cooptar o apoio de mais um partido político, que agregará tempo em televisão, estrutura partidária à candidatura oficial do Governo.

Parece que o governador Jaques Wagner não aprendeu nesses 7 anos, quebrou o Estado da Bahia que hoje tem um rombo de mais de R\$ 2,6 bilhões, fruto de acordos políticos para ter ampla maioria nesta Casa, amplo apoio partidário, sempre visando as eleições. Por quê?

Porque a prioridade do PT não é a administração, não é a gestão, a prioridade é a política, é o projeto de poder, é política a qualquer preço e a qualquer custo. Pensamos que o governador Jaques Wagner estava aprendendo com o prefeito ACM Neto.

Hoje é nítida a diferença entre eles. Todos sabem como o prefeito encontrou a cidade, em especial a prefeitura, com as finanças arrasadas. Em um ano fez o dever de casa, enxugou a máquina pública, reduziu em 25% os cargos comissionados, reduziu em 25% os contratos, fechou o ano de 2013 com o Orçamento aprovado pela gestão anterior, já no azul, viabilizou a gestão quando para 2014 já proporcionou incremento no Orçamento de mais de 50%. Salvador sai de R\$ 4 bilhões de arrecadação para R\$ 6,5 bilhões.

Wagner fez o inverso, encontrou o Estado saneado, com as finanças em dia, exemplo para o País. Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal ser criada nós já a adotávamos aqui no Estado. Vai entregar no ano que vem, o Estado quebrado para o próximo governador. Vemos atitudes e ações nas ruas, vemos as coisas acontecerem na gestão do prefeito ACM Neto, porque foi pautado pela escolha dos melhores. Teve a participação dos partidos? Teve. Mas foram escolhidos os melhores do quadro de cada partido para compor a sua gestão. Diferente do governo Wagner, onde quem é indicado- independente de ter qualificação para o posto- é nomeado, porque a prioridade é o partido e não o Governo. Sem citar nomes, não faço política pessoal contra quem quer que seja, mas nessa mini reforma do secretariado do Governo Wagner existem muitos nomes sem qualificação, sem conhecimento ou qualquer vínculo ou história com a área do cargo de secretário que está ocupando no Estado da Bahia.

Vejam a que mediocridade se resumiu ser secretário de Estado no final do Governo Wagner! Infelizmente esta é a triste Bahia e este Orçamento que votaremos hoje está privilegiando bancar o custeio da máquina pública e o governador Jaques Wagner poder fechar suas contas para não se tornar inelegível. Por isso que passou uma tesoura nos recursos para investimentos.

Defensorias públicas que poderiam ser criadas em algumas cidades terão dificuldades. E aí vai um rol de exemplos de áreas que necessitavam de investimentos

e estavam com anúncios feitos, tiveram até licitações já realizadas e que foram canceladas em virtude da caneta que o governo passou no orçamento cortando os recursos para investimentos. E aí depois dizem que a Oposição não tem boa vontade, que a Oposição não colabora, que a Oposição tergiversou e não fez acordo, que nós resistimos aqui, bravamente, durante o mês de janeiro que seria o mês de recesso para, só agora, depois de todas as manobras realizadas pelo governo ainda está pendente a aprovação do orçamento. Não há acordo.

Na vida e na política existem coisas que são inegociáveis. Dissemos, desde o primeiro momento, que era inegociável a venda dos *royalties* do petróleo dos próximos cinco anos. Não tinha como o governador que foi eleito para governar 8 anos governar com recursos de 12 anos, não ia contar com a nossa chancela, com o nosso aval, como não contou. E ao final imprimimos a primeira, a grande e maior derrota que acho que um governador já sofreu no Estado da Bahia. Talvez só Nilo Coelho tenha sofrido derrota como essa, a rejeição da PEC de antecipação dos *royalties*. Nenhum outro governador da Casa talvez tenha tido uma derrota.

Imprimimos a derrota a Wagner porque não faríamos acordo em relação a isso, como também não faríamos e nem vamos fazer acordo em relação ao orçamento. O orçamento será debatido, discutido, e se o governo, ao final, aprovar, e vai fazer, porque, infelizmente, hoje tem ampla maioria nesta Casa. Mas em nenhum momento contará, Sr. Presidente, com o apoio da Oposição, com o nosso apoio. Vamos apresentar os destaques, vamos remanejar recursos da publicidade para a segurança. Não pode um governo gastar mais com publicidade do que com segurança, enquanto estão morrendo milhares e milhares de pessoas, o governo está na televisão, nobre presidente, mostrando a Bahia irreal, a Bahia... O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Conclua, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- (...) que é a Bahia da televisão e não a Bahia na qual vivemos e vivenciamos.

É por isso, nobre presidente, que estamos aqui e vamos votar contrários ao orçamento como ele está.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, esta é a Casa do contraditório; esta é a Casa para se discutir as teses da sociedade, para mostrar que o governo não cuida da Justiça, porque Justiça sem Defensoria Pública não é Justiça. Justiça sem Defensoria Pública é Justiça só para os ricos.

O plenário está vazio, Sr. Presidente, por isso solicito a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem da deputada Kelly.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Eu queria, apenas levando em consideração o pedido de verificação de quórum, que V.Ex^a zerasse o painel e contasse os 15 minutos para a chamada dos nobres deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, para virem aqui para o plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendida.

Srs. Deputados, há uma questão de ordem solicitada pelo deputado João Carlos Bacelar e ratificada pela deputada Kelly em que se pede verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Portanto, os deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca, há uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha questão de ordem nesta tarde é para também fazer minhas as palavras dos nobres colegas Bruno Reis, que falou da Defensoria Pública, e João Carlos Bacelar. E informar que nesta semana recebi no gabinete uma solicitação da cidade de Nazaré e região, que precisam de defensores públicos. Toda a Bahia precisa que a Defensoria Pública venha a atuar e se fazer presente para que a justiça seja feita em favor daqueles menos favorecidos. Por isso, Sr. Presidente, quero declarar igualmente o meu apoio a que isso seja feito. (Palmas!)

Convido a todos os deputados que estão nos seus gabinetes atendendo as suas lideranças, no cafezinho ou nos corredores da Casa a virem ao Plenário para uma verificação de quórum. Temos agora apenas 16 presentes aqui e precisamos de 22 para que possamos dar continuidade à presente sessão.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, gostaria de acompanhar também o que foi dito pelo nosso querido deputado Sidelvan em relação aos defensores. Na verdade, tive o prazer de ser estagiário da Defensoria...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Deputado, só um minutinho.

Quero neste momento anunciar a entrada neste Plenário do ex-deputado estadual e hoje federal José Carlos Araújo, Líder da Bancada baiana no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Seja bem-vindo, deputado.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Dando continuidade, presidente, acredito no chamamento desses defensores. Vejo aqui diversos colegas de faculdade que pleiteiam esse justo direito que lhes foi assegurado no momento em que cada um se inscreveu no certame, participou do concurso e passou - tendo, portanto, o seu nome aprovado. E sabemos da necessidade do povo mais carente em ser atendido através da Defensoria Pública.

Tenho o prazer muito grande de ter levado o meu currículo à Defensoria

Pública, enquanto estudante de Direito, e também pelos ensinamentos dos defensores públicos. Então, Sr. Presidente, comungo deste mesmo pensamento do nosso querido deputado Sidelvan, de que sejam chamados imediatamente esses 45 defensores já aprovados em concurso. (Palmas!)

Sr. Presidente, queria mais uma vez pedir que V.Ex^a chamasse... Acho que já foi restabelecido o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Já foi restabelecido o quórum, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, este projeto de lei do Orçamento anual é mais um absurdo do governo Wagner. Vejam, três problemas despontam na discussão desta peça: um de ordem filosófica, um de ordem administrativa e um de ordem político-partidária.

Do ponto de vista filosófico, é o desprezo do governo por um instrumento de governo surgido na Revolução Industrial e é a base da criação do Poder Legislativo e da administração pública moderna. A peça orçamentária está na base do surgimento do Legislativo, do controle do poder real; está na base da nova administração pública.

Esta peça orçamentária chegou a esta Casa em setembro e não houve, sequer, uma audiência pública para ser discutida. A maioria absoluta dos Srs. Deputados não conhece tal peça orçamentária. Isso mostra que, para este governo, o Legislativo não tem importância nenhuma. Isso mostra que, para este governo, as normas técnicas da boa e eficiente administração pública não são levadas a sério.

Como uma peça orçamentária chega a esta Casa em setembro e não há nenhuma discussão em comissão técnica, nem mesmo na própria comissão desta Casa? As demais Casas Legislativas, no Brasil, têm uma comissão específica para tratar do Orçamento! Geralmente, em Casas Legislativas, há uma comissão destinada, exclusivamente, a analisar a Lei Orçamentária, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as alterações no Orçamento do governo.

E esta comissão não se reuniu uma vez sequer para analisar a proposta orçamentária do governo. Isso demonstra o desprezo que este governo tem para com o Legislativo. Isso demonstra a falta de importância do Orçamento como instrumento de planejamento e programação do governo. Tal coisa, para o governo do PT, na Bahia, está longe e muito distante.

Do ponto de vista administrativo, o Orçamento traz as diretrizes, o Orçamento traz as normas, o Orçamento fixa as despesas para o exercício vindouro. O Orçamento faz a estimativa das receitas da administração pública para o exercício financeiro. Na Bahia, nada é levado a sério. Fecharam no martelo com gargalos tremendos que inviabilizarão a sua execução sem a previsão correta de receitas, com super estimativas de receitas e com uma contenção de despesas artificiais.

A peça orçamentária, na Bahia, é uma peça de ficção, pois não serve para nada, repito, não serve para nada a não ser gastar papel, gastar as horas de técnicos, porque não é, deputado Zé Raimundo, um instrumento de planejamento!

Pegue a execução orçamentário dos anos de governo Wagner. Pegue o

desprestígio da Secretaria de Planejamento na administração Wagner. O único momento, na administração Wagner, que o planejamento foi levado a sério foi quando o senador Walter Pinheiro foi secretário, e não para a programação e o planejamento, mas para utilizar o prestígio político do senador em Brasília. Este é um governo que não tem planejamento.

Observem, se perguntarmos, aqui, de chofre, a alguns deputados, qual o nome do atual secretário de Planejamento deste Estado, tenho certeza de que terão dificuldades para se lembrar. Apesar de ser este um nome de destaque nacional na administração petista. Na Bahia, até por perseguição política, foi colocado de lado.

Do ponto de vista das expressões, da manifestação de intenção de execução de política, esse Orçamento é uma balela, começando pelo percentual de aumento do salário do funcionalismo. Traz, deputada Maria Luiza Laudano, uma previsão de aumento de 5.2%, quando a inflação do período foi de 5.9%. Já aí há uma defasagem na proposta orçamentária. O que dizer do fortalecimento das universidades públicas estaduais? A promessa do governador Wagner não está expressa no Orçamento, embora ele tenha prometido a independência financeira das universidades estaduais. É uma reivindicação antiga das universidades estaduais os 7% da receita líquida de impostos. E o governo faz ouvidos de mercador. O governo que se diz democrático, que se diz esclarecido, mas não dá autonomia às universidades do Estado da Bahia! O governador trata mal o professorado. Talvez, inspirado no seu grande líder, o ex-presidente da República, o governador não goste do professorado. E esse não gostar do professorado se transforma num instrumento de perseguição mesquinho, que levou em 2012 a uma greve de 120 dias na Bahia.

Enquanto todas as redes públicas do Brasil estão com as aulas iniciadas, ou iniciando na próxima segunda-feira, na Bahia a rede estadual começa a sua matrícula esta semana. Isso é uma vergonha, Sr^{as}. Deputadas, porque acaba com a educação do filho do trabalhador. E é um trabalhador que é governador do Estado! É o que se diz trabalhador que é governador do Estado! E ele coloca a educação do filho do trabalhador como última prioridade!

E o que dizer, volto a chamar a atenção, da aplicação da justiça. A Bahia, salvo engano, é o penúltimo Estado do Brasil em número de defensores públicos. O deputado Sidelvan cobrou aqui a nomeação de defensores públicos para a região de Nazaré das Farinhas, mas a falta é em todas as regiões do Estado. E não precisamos apenas que ele cumpra com o resultado do concurso nomeando os cerca de 40 defensores concursados, nós precisamos de mais de 200. Que Justiça é essa neste Estado?! Já temos os problemas que todos conhecemos no Judiciário baiano, associem a isso o problema do trabalhador, o pobre, que mora na periferia das grandes cidades não podem ter acesso à Justiça, porque não têm um defensor para a sua causa!

E é o governo dito dos trabalhadores. É o governo dito com responsabilidade de justiça social e de redução das desigualdades sociais. Só no discurso, só no palanque. No palanque eles são bons para prometer. No palanque e na propaganda.

Não tem dinheiro para nomear os defensores públicos, mas há para aplicar R\$

160 milhões em propaganda, para comprar reportagens encomendadas. Já é um absurdo – só na democracia brasileira – governo anunciar, governo fazer propaganda. É um absurdo!

Só nesta democracia brasileira se admite que o governo invista em publicidade. Publicidade de caráter educacional, esta, sim, deveria ser feita. Quem mantém os veículos de comunicação no Brasil é a verba pública. E é por isso que existem as distorções das tais reportagens encomendadas.

Não tem dinheiro para investir na educação, dar um aumento digno ao funcionalismo, nomear os defensores públicos, mas tem para bancar a obra da Fonte Nova. Foram R\$ 2 bilhões, o estádio mais caro. E cadê as obras do entorno da Fonte Nova? Cadê os hotéis que teríamos no entorno da Fonte Nova? Cadê a solução do problema de acesso à Fonte Nova pela Vasco da Gama? Nada, porque não existe planejamento, nem programação. Cadê as obras que a Copa traria para a Cidade do Salvador? Citem uma!

A reforma e a ampliação do aeroporto internacional de Salvador foram suspensas nesta semana. Eram R\$ 30 milhões, deputada Maria del Carmen, e já está em R\$ 80 milhões, mas não concluíram nem a primeira etapa. E o ministro veio aqui para dizer que está suspendendo as obras porque não estão cumprindo o cronograma. E ninguém do governo do Estado abre a boca para fazer uma defesa.

Que obra, que benefícios essa Copa milionária está trazendo para a população baiana para se inviabilizar Pituaçu? Isso foi a única coisa realizada. E mostra a falta de planejamento, a falta de programação do governo do Estado.

Estamos aqui para votar uma peça de ficção. Uma peça que deveria expressar os programas de governo. O Orçamento era para que a gente pudesse fiscalizar o desempenho administrativo do governo, mas não serve para nada. Há muito tempo, há 7 anos, que o Orçamento foi esquecido na Bahia como peça de programação e de planejamento.

Aliás, não há planejamento em área alguma. Cada secretaria é uma ilha e o governador é o administrador do arquipélago. Cada secretário faz o que bem entende e da forma que bem entende.

Com certeza, o deputado Paulo Câmera vai dizer por que o Centro de Informações não vai funcionar a tempo para a Copa.

E o governo do Estado, agora que estamos sabendo disso, tem que colocar mais e mais recursos, porque a Fifa exige, para a realização da Copa, deputado Tadeu.

Nada vai ficar. Nada de mobilidade urbana. Aliás, como tudo deste governo.

Os crimes que têm sido cometidos contra os interesses da população...

O Programa Minha Casa Minha Vida pode ser sucesso em qualquer região do Brasil, menos na Bahia. Eu convidaria os deputados, a deputada Maria del Carmen, que é uma urbanista, conhece de planejamento urbano - vamos às imediações da Estrada da Ceasa para ver o crime, deputada, que está se cometendo contra o povo da Bahia. Cinco mil unidades habitacionais no meio do mato, sem escola, sem saúde, sem um ponto de ônibus! Para que isso vai servir lá? Para as invasões e para trazer problemas a Salvador? Porque nenhum morador desta cidade vai sair daqui pra ir

morar na Ceasa I, Ceasa II, no Bosque das Bromélias se não tem uma escola, não tem um posto de saúde, e os prédios já estão invadidos.

Invadidos, não! Depredados, porque ninguém vai morar naquilo ali! Só os empreiteiros ganharam dinheiro! E não tem nem quem vá à Defensoria Pública, porque os problemas no órgão já são tão grandes, que ele não tem nem tempo de pegar um pobre coitado daqueles para ir à Justiça acionar o governo do Estado pela irresponsabilidade.

É esse o quadro, e aí a gente vê a propaganda. Parece que é um cantão suíço, parece que não é um Estado brasileiro do Nordeste, não. Parece que estamos num cantão suíço, tudo bonito na propaganda do governo estadual! E chegam ao absurdo de na Bahia se fazer propaganda de projetos, via Ponte Salvador-Itaparica. Quanto essa ponte já consumiu de propaganda? São os absurdos! E esses absurdos estão na peça orçamentária, mas ninguém a examina, ninguém a discute.

Um partido que chegou ao governo com a bandeira do Orçamento Participativo! Para todos os males eles apontavam o Orçamento Participativo! Qual é a participação popular no Orçamento da Bahia, na sua discussão?! Nenhuma! E, volto a dizer, o Orçamento não vale nada. O Orçamento não tem importância nenhuma.

Da mesma forma que se elegeram levantando o contracheque do funcionário público e hoje desenvolvem neste Estado uma política de arrocho salarial, de perseguição aos professores, às universidades estaduais e de desperdício do dinheiro público, não há avaliação de nenhum programa governamental. Os dados são todos chutados! Chutados! O termo é este!

Discutir o Orçamento?! Era para que a equipe do governo estivesse aqui, ao lado, tirando as dúvidas. Mas ninguém quer saber de nada porque - volto a dizer - Orçamento na Bahia é uma peça de ficção. Estamos aqui obstruindo a votação de uma peça de ficção. Nenhum deputado lê o Orçamento que vai votar, e que eles já queriam ter votado. Os únicos números do Orçamento que nós estamos trabalhando aqui são aqueles que a Bancada da Oposição, com estudo e pesquisa, alcançou.

Eu não teria a menor dúvida de que, se a gente escolhesse um deputado por acaso e perguntasse qual a receita que está prevista no Orçamento da Bahia para o próximo ano, ninguém saberia dizer. Por quê? Porque este governo não criou a cultura de se discutir o Orçamento, de fazer um Orçamento Participativo, de discuti-lo mesmo! É um governo que só pensa na política partidária.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Para concluir, deputado Paulo Rangel.

Sem um orçamento verdadeiro os projetos que V.Ex^a defende para a sua região não serão executados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da Imprensa, amigos que nos assistem pelo Canal TV-Assembleia, como

também amigos das Galerias Paulo Jackson; saudar também o deputado José Carlos Araújo, faz parceria conosco lá na cidade de Anhanguera, onde será campeão de votos naquela cidade. Mas, Sr. Presidente, nós estamos diante de um orçamento que não contempla a realidade desse estado, um orçamento maquiado, uma verdadeira peça de ficção, um orçamento de 36,9 bilhões, com incremento de 5,24% em relação ao exercício de 2013, como bem falou aqui o deputado João Carlos Bacelar, um orçamento impositivo, que foi cavalo de batalha do PT, que foi tão cantado e decantado, e isso é, hoje, totalmente esquecido.

Bem lembrou aqui o deputado Bacelar que os deputados governistas, que estão aqui apenas para dizerem amém, não tiveram acesso ao orçamento, porque na liderança desse governo tem que dizer amém, amém, amém.

Creio que se eles debruçassem sobre o orçamento veriam falhas gritantes, notadamente na área da segurança pública. O governo investe muito em propaganda, mas não investe o suficiente em educação, saúde e segurança pública.

Não sou contra a propaganda, sou homem de rádio e sei da importância da propaganda institucional, da propaganda nos meios de comunicação, e não seria eu aqui contrário a publicidade. O que eu me posiciono contra é à exacerbação, é quantias vultosas para divulgar um governo que não tem o que divulgar, para o governo mentir a toda hora com obras do governo federal, apossando-se dos feitos do governo federal como se fossem seus, porque pouco ou quase nada tem feito esse governo. É um governo que não tem o que mostrar, é um governo que fica atrelado não apenas pela questão da parceria política, mas pela necessidade de se escudar, pela necessidade de se esconder nas obras do governo federal por não ter o que mostrar.

E aí eu volto à questão do orçamento participativo. Você que me assiste agora no Canal TV-Assembleia, o governo discutiu aí na sua cidade esse orçamento? O governo discutiu com você em sua comunidade? Não discutiu. Se não discutiu na Casa das Leis, na Casa que vota e que aprova, discutir com você? O governo está pouco se lixando para você, eleitor, dando a mínima. Será que a população não teria o que aprimorar, o que discutir, o que sinalizar, o que oferecer de opinião a esse orçamento? Será que os deputados, não só da Oposição, também os governistas, não teriam o que acrescentar, ou o que sugerir a esse orçamento? Esse é o governo totalitário, o governo que impõe através da força.

Eu nunca me iludi com essa questão do republicanismo porque nunca houve. É um governo que copia as práticas ruins do passado e as amplia no presente. Observemos o que foi feito há pouco com o Regimento que, graças a Deus, em momento de lucidez o Líder do Governo deputado Zé Neto reconheceu o seu equívoco. É por isso que eu acredito que o homem pode se metamorfosear, pode se reciclar e, em algum momento, ter a luz que há de aclarar as suas ideias, os seus pensamentos.

Mas seria um absurdo, um estupro, uma violência sem tamanho, com o Regimento desta Casa. Seria uma mudança, se implementada, de 30 anos. Vejam quantos governos passaram neste Estado sem que ninguém ousasse mexer no Regimento deste Parlamento. Mas, graças a Deus, que houve a calma necessária e o

equilíbrio para entender que esta Casa estaria perdendo se o deputado Zé Neto continuasse impondo essa injustificável mudança. Do ponto de vista ainda do orçamento, o governo vai repassar para o servidor um aumento aquém da inflação. Nós estamos no mês de janeiro e já se aproximando do final. E a data-base do servidor do Estado é justamente o mês de janeiro. Será que vai acontecer como no ano passado em que o orçamento contemplava o reajuste do servidor e esse reajuste só aconteceu no mês de maio? Será que isso vai acontecer novamente, meu caro servidor? Aqui, os deputados da Bancada do Governo não sobem à tribuna para debater o orçamento. Com este orçamento não tem acordo. Com essa forma de proceder da Bancada Governista não tem acordo. Embora entendamos que houve a sinalização de abertura do diálogo quando o Líder do Governo reconhece que errou, que dá a mão à palmatória, meu caro deputado Paulo Rangel. Sei que V.Ex^a jamais colocaria suas impressões digitais numa violência, numa estupidez, como essa mudança do Regimento. Mas o deputado Zé Neto já deu a mão à palmatória, está calejada de receber bolos. E minha mãe, professora primária, tinha uma palmatória que quando errávamos a conta de somar, e o deputado Zé Neto não passou, não foi bem em matemática, tanto que outro dia errou o cálculo aqui, perdeu a aprovação da PEC dos *royalties*, então minha mãe me dava bolos. O deputado Zé Neto tomou os bolos, reconheceu que, realmente, foi um momento de extrema infelicidade.

Mas nós estamos aqui sem recesso neste mês de janeiro. E quando lemos na imprensa notícias inverídicas, também é necessário que se faça uma reflexão, nós estamos em plena atividades sem recesso. E com a mudança nós vamos ter as nossas atividades para o ano de 2014 já no início de fevereiro, sem nenhuma dificuldade, sem nenhum problema de estarmos aqui em pleno mês de janeiro. Como também não se ressalta que os deputados hoje não recebem mais 14º e 15º salários, medida justa e moralizadora.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos apontando incoerências em relação ao orçamento que vamos votar no primeiro turno ainda no dia de hoje. Mas quero ressaltar o que acabei de ler hoje na imprensa dizendo que o PT mudou, e mudou radicalmente. Quero apontar as mudanças que surpreendem: (lê) “Via Expressa de Lauro de Freitas começa a ser construída em abril e deve ter pedágio unilateral.

Com início das obras previsto para abril deste ano, a Via Expressa Contorno de Lauro de Freitas, que ligará as rodovias CIA-Aeroporto (BA-526) e Estrada do Coco (BA-099), será pedagiada. Segundo informações divulgadas nesta quarta-feira (22) pela Secretaria de Comunicação do Estado (Secom), a cobrança será unidirecional – ou seja, imposta apenas aos motoristas que vierem da BA-099, com destino à BA-526. O projeto para implantação do acesso foi acordado em reunião entre o governo da Bahia, a Concessionária Bahia Norte, responsável pelos trabalhos, e a prefeitura de Lauro de Freitas. As obras estão orçadas em R\$ 126 milhões. Ainda de acordo com a Secom, a via terá 11,2 quilômetros de extensão e duas pistas, com um canteiro central e duas faixas por sentido.”

Ora, quem mais combateu as privatizações deste País do que o Partido dos Trabalhadores? Quem mais reclamou publicamente desses absurdos dessas

privatizações no modelo do governo FHC? E agora o Partido dos Trabalhadores muda a linguagem, não é mais privatização, é concessão. O discurso, na oposição, muito bonito, tendo consonância com os anseios da população. No governo, a cópia muito mal feita do modelo neoliberal. A Esquerda acabou, não existe mais. Estamos vendo um PCdoB atrelado aos interesses capitalistas, estamos vendo o Partido dos Trabalhadores de mãos dadas com o capital, selvagem por sinal. E aquelas bandeiras de luta? Aqueles discursos bonitos e aquela retórica tão envolvente para as massas, onde estão esses discursos? Aonde se localizam essas bandeiras desfraldadas nas praças públicas? Elas não existem mais. Essas bandeiras foram queimadas assim que o partido assumiu o poder. Hoje, nada mais difere o Partido dos Trabalhadores dos partidos que governaram o País antes desse modelo vigente. Nada muda. A equipe econômica cada vez mais beneficiando o capital, os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro na vida como estão ganhando agora. Nada mudou.

Estamos caminhando para a recessão, a economia com dificuldades, a sinalização da volta da inflação, a presidente voltada para ganhar a eleição cooptando partidos. E já passou o presidente Lula na cooptação de partidos. O governo com seus latifúndios dividindo os ministérios. Aqui na Bahia o governador Jaques Wagner segue o mesmo modelo, tanto que o governador Jaques Wagner começou o seu mandato com 32 Srs. Deputados e já são 47 parlamentares.

Fico a me perguntar e o deputado Paulo Rangel, que preside esta sessão, talvez tenha a resposta. Seriam os cabelos grisalhos do governador, seria a sua forma de conversar tão afável que tem como um encantador de serpentes encantado esses deputados a migrarem para as suas bases? Fico a me perguntar: Deus do céu, o que teria feito de tão enigmático, de tão espetacular e envolvente para que tantos deputados saíssem da Oposição e fossem para as bases governistas? O que tem de tão encantador do lado do governo? Por que sair de 33 para 47 deputados? O que teria oferecido o governador Jaques Wagner?

Hoje, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, nos contentamos com 17 bravos companheiros que não se entregaram, não se venderam, não se doaram, não se comercializaram. Nós estamos na trincheira de luta da Oposição com a cabeça erguida, defendendo aquilo que acreditamos, um modelo que seja diferente do modelo que está aí. Defendemos o modelo administrativo de José Ronaldo de Carvalho, em Feira de Santana; defendemos o modelo administrativo de Antonio Carlos Magalhães Neto, esses são os modelos que defendemos e apresentamos à sociedade.

Do outro lado, uma Bahia a passos de tartaruga, lenta, devagar, quase parando. O eleitor terá como fazer a separação agora na sua escolha para governador do Estado. No ano passado eu estava na festa do Bonfim. Passou o prefeito ACM Neto, com poucos dias à frente da administração de Salvador e, ao meu lado o presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, disse: “quero ver no próximo ano.” O povo cercado ACM Neto, batendo palmas, palavras de ordem, gritando o seu nome, e o meu querido amigo, deputado Marcelo Nilo, todo vestido de branco, na caminhada do Bonfim disse: “quero ver no próximo ano.” Agora ele está em lua de mel com o povo.

Pois é, deputado Marcelo Nilo, quero dar o meu testemunho: esse ano ele foi muito mais aplaudido do que o ano passado. A lua de mel continua mais intensa.

E agora, você, morador de Salvador, reconhecendo que esse é o modelo administrativo que está revolucionando. O prefeito ACM Neto hoje está gozando de alto índice de popularidade. Por que será? Por que o governador Jaques Wagner está rastejando feito cobra pelo chão na sua popularidade, em sete anos de governo? Por que o prefeito ACM Neto, com 1 ano de administração, está com a popularidade nas nuvens? Qual é a diferença? A diferença está no modelo administrativo, o modelo aprovado pelo baiano que mora em Salvador. É esse modelo que estamos querendo levar para todo o Estado da Bahia.

As oposições, minha cara deputada Kelly Magalhães, apresentará um candidato. E seja qual for o candidato, será um candidato competitivo que vamos levar às ruas para mostrar o contraponto para que o baiano possa escolher livremente, sem esses apelos da propaganda que tenta persuadir os mais incautos. Vamos apresentar o nosso programa de governo, para que você, que mora no Centro-Oeste da Bahia, no Norte deste Estado, na região Sul, no Extremo Sul, para que você, baiano, faça um comparativo e entenda que está na hora de mudar.

Esse modelo administrativo cansou, o modelo de cooptar deputados, o modelo de cooptação de partidos. Queremos a administração voltada para os interesses do Estado, e não apenas o aparelhamento da máquina política, como acontece, hoje, no governo Jaques Wagner.

Meu caro deputado Paulo Rangel, encerro minhas palavras dizendo que voto contra o Orçamento, por ser um Orçamento maquiado, que não contempla os interesses deste Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, conforme eu havia me pronunciado hoje no Pequeno Expediente, não haveria nenhuma possibilidade de conversar com o Líder do governo se não tirassem da pauta, se não mandassem arquivar aquela excrescência – assim podemos chamar – da mudança do Regimento.

A Oposição nesta Casa, nesta legislatura, não se curva, sob nenhum aspecto, a chantagem, de qualquer tipo que ela seja. Não concordamos em abrir nenhum precedente aqui no Legislativo de um a mudança regimental que possa vir a prejudicar, não a nós, da atual Oposição, porque não precisamos de nenhum tipo de acordo. A mudança ou não do Regimento, para nós, não tem nenhum tipo de importância, até porque essa história de 54 mil destaques é folclore que criaram em nome da Oposição.

Em 7 anos de governo não fizemos isso, e não iríamos fazer agora. Isso foi apenas um pretexto para se fazer chantagem, para que fizéssemos um acordo para a votação do Orçamento.

Não aceitamos e não aceitaríamos. Hoje, houve interrupção da sessão protagonizada pelo presidente da Casa, para que nos reuníssemos. Na reunião, lá estávamos, e o Líder do governo, deputado Zé Neto compareceu e comunicou que desistiram dessa ideia. Ótimo. Errar é humano e persistir no erro é, no mínimo, falta de inteligência.

Depois, pedimos ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo – já que foi aprovado isso pela Bancada do governo –, ele foi a nossa reunião e reiterou que não seria homologado, que seria esquecido.

A partir daí, abrimos espaço para conversar novamente com o governo, através do seu Líder, Zé Neto, e das Lideranças dos partidos que fazem parte da base do governo, numa demonstração de que a Oposição tem compromisso com as coisas boas do Estado, com os segmentos que precisam de ter projetos aprovados, deputado Rosemberg Pinto, por esta Casa Legislativa.

Selecionamos alguns projetos que estão na pauta, inclusive dispensando formalidades, para que eles possam ser apreciados de imediato. Os projetos com que a Oposição concorda e assina um requerimento de dispensa de formalidades.

(Lê): “Projeto de lei 20.582/2013, que altera o dispositivo da lei 11.903 de 23 de abril de 2010, que criou a Cadeia Pública e seu Anexo, o Conjunto Penal Feminino, o Presídio de Jovens e Adultos e os Presídios de Eunápolis, Vitória da Conquista e Barreiras, altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e da Secretaria de Promoção da Igualdade, na forma que indica.

Um projeto que consideramos importante. Não podemos, com o crescimento da população carcerária em nosso Estado, continuar sem ter uma política mais adequada. E para esse projeto já concordamos e assinamos a dispensa de formalidades.

Projeto de lei nº 20.584, autoriza o Poder Executivo a conceder, em nome do Estado da Bahia, direito real de uso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caetitê - APAE Caetitê da área de terreno que indica, de sua propriedade.

Então, é para a doação de um terreno à APAE, que tem prestado um serviço excepcional não só aqui, na capital, mas em todo o interior da Bahia. Portanto, merece aprovação esse projeto. Por isso que a Oposição está dispensando as formalidades.

Projeto de lei nº 11.041, de 07 de maio de 2008, que instituiu a política, o sistema estadual de habilitação de interesse social, criou o Fundo Estadual de Interesse Social.

Tudo que é bom para o interesse social do nosso Estado consideramos extremamente importante e não poderíamos postergar a aprovação desse projeto.

Projeto de lei nº 20.618/2013, autoriza o Poder Executivo a doar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai os terrenos que indica e dá outras providências. O Senai tem treinado de uma maneira excepcional muitos estudantes que, às vezes, terminaram o curso básico, mas não têm uma profissionalização

técnica para poderem ser absorvidos pelo mercado de trabalho. Então, a doação de terrenos para o Senai é uma garantia de que teremos no futuro mais escolas que darão mais condições de melhorar a mão de obra jovem do nosso Estado. Por isso que nós também somos favoráveis, e já dispensamos as formalidades para esse projeto.

Projeto de lei nº 20.619, cria o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

É um projeto de direitos da população mencionada e temos que dar espaço para que todos os segmentos tenham a estrutura necessária.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Deputado Gaban, um momento, por favor. **O Sr. GABAN:-** Pois não, meu caro presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Peço autorização da Assembleia para prorrogar esta sessão por mais 120 minutos.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada.

O Sr. GABAN:- Projeto de lei nº 20.704, com o intuito de viabilizar uma parceria para a realização de ações conjuntas destinadas à implantação de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acho que é um dos projetos mais importante, sem deméritos dos demais, que está tramitando na Casa.

Ontem, por exemplo, não sei se V.Ex^{as} tiveram a oportunidade de ver uma matéria no jornal local da *TV Globo* sobre as dificuldades que têm...

Aproveitando que o prefeito ACM Neto está lançando o projeto Minha Calçada, A Calçada é Minha, um nome parecido com esse, de revitalização e recuperação de todas as calçadas, começando, naturalmente, pelas vias principais, para dar acessibilidade às pessoas deficientes.

A reportagem mostrava um deficiente na cadeira de rodas e a dificuldade dele para sair do passeio e ir à praça pública, porque não havia acessibilidade. Então, esse projeto de cooperação técnica do governo do Estado com o Banco do Brasil tem um aspecto de cunho social fenomenal, e não poderia também deixar de merecer o apoio da Oposição para que fosse dispensada a formalidade.

O projeto de lei nº 20.705/2014 (Lê) *“remissão de dívidas oriundas de operações de crédito com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, realizadas no âmbito do programa de Recomposição dos Rebanhos Bovino, Caprino e Ovino da Região Semi-Árida do Estado da Bahia - 'Programa Gado no Pasto', e dá outras providências.”*

Depois de uma seca, deputada Maria del Carmen, que dizimou praticamente quase todo o nosso rebanho no Estado da Bahia. Enfim, essa seca, que foi considerada uma das piores, gerou um prejuízo e a perda de um rebanho bovino que já foi muito importante para a economia do nosso Estado, não só para auxiliar a fabricação de queijos e derivados, mas também de uma maneira geral. Praticamente não temos bovinos para fornecer o leite para o consumo humano e para a própria venda de carne.

Então, acho que é outro projeto de relevância social que aumentará a renda per

capita da população, sobretudo daqueles pequenos produtores que têm o seu pequeno rebanho e que não tem condições de recuperá-lo. Essa é uma forma que enxergamos para poder ajudar.

O último projeto que nós dispensamos formalidades para votar é o nº 20.711, que visa *“garantir a maior efetividade no desempenho dos órgãos de Segurança Pública do Estado no combate à violência e à criminalidade, definindo ciclos anuais para o acompanhamento dos resultados referentes à redução dos crimes violentos letais intencionais e ao impacto e à relevância dos processos definidos para tanto.”*

A Oposição – tenho certeza de que a unanimidade dos Srs. Parlamentares – não tem condições de não votar, de não apreciar e de não dar urgência à votação de qualquer projeto que passar pelo Poder Legislativo cujo tema seja segurança, em razão do aumento da criminalidade no nosso Estado e no Brasil, de uma maneira geral, mas, especificamente no nosso Estado, por conta do narcotráfico que invadiu, infelizmente, não só a nossa capital, mas também praticamente todos os municípios do interior. Qualquer ajuda que dermos para a segurança pública estamos dando, não só para nós, deputados, mas também para a população da Bahia que não aguenta mais o aumento da criminalidade. É um projeto importante. Qualquer projeto, minha cara deputada Maria del Carmen, V.Ex^a que sempre é muito interessada em debater os assuntos, aliás é uma das poucas que debate com a Oposição... Eu já disse pessoalmente ao secretário Maurício: “o que vier da Secretaria da Segurança Pública para melhorar armamento, para comprar colete a prova de balas, para agilizar o pagamento da URV da Polícia, que está atrasado, terá o apoio da Oposição.

São esses os oito projetos que já dispensamos as formalidades e que podem ser votados a qualquer momento.

Gostaria, meu caro deputado Zé Neto... Estamos terminando o mês de janeiro, o mês em que o governo do Estado... O projeto de lei nº 6.677, que diz respeito à remuneração do funcionário público, determina que a data-base do servidor público do Estado da Bahia é dia 1º de janeiro. Estamos terminando, meu caro presidente do partido, meu caro deputado, futuro deputado federal, Paulo Azi, o mês de janeiro. Cade a mensagem o Executivo? Será que não basta a última pesquisa indicando que Salvador é a capital onde o aumento da cesta básica (16%) foi o maior do País? Observem que estamos com uma inflação acumulada de 6% no mês de janeiro.

Os pais que são servidores públicos, as mães que são servidoras públicas têm de pagar o material escolar para os seus filhos. Janeiro é o mês em que se paga o IPTU e o IPVA. São tantos os impostos que temos de pagar! E o governo se esquece que há uma lei que ele deveria cumprir, a Lei do Servidor Público, enviando a Mensagem. Se o Governo Federal já determinou o aumento do salário mínimo, porque o Governo do Estado da Bahia está demorando? Se não atende...

O Sr. Paulo Azi:- Um aparte, deputado.

O Sr. GABAN:- Pois não, meu presidente, deputado Paulo Azi. V.Ex^a está inscrito, darei logo em seguida.

Por que o governo não atende já pagando a URV aos servidores públicos? Já há jurisprudência do Supremo Tribunal de setembro. Mas continua empurrando com a

barriga. Além de não pagar a URV, não manda, sequer, a Mensagem de aumento do servidor público. Já temos o índice de reajuste do salário mínimo em vigor. Muitas categorias estão ganhando menos do que o salário básico previsto em lei. Nenhum servidor em nosso País pode ganhar menos que um salário mínimo.

É nesse sentido, deputado Paulo Azi, que concedo com o maior prazer, meu caro presidente, um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Gaban, V.Ex^a, mais uma vez, demonstra toda a sua capacidade e competência para discutir o Orçamento. V.Ex^a tem abordado um assunto interessante e importante que são as questões relacionadas ao servidor público do nosso Estado.

Eu tive o cuidado, deputado Gaban, de avaliar os números constantes da peça orçamentária e quero, desde já, dar uma péssima notícia aos servidores públicos do Estado da Bahia. Os recursos previstos na peça orçamentária não são suficientes para que esse Governo cumpra sequer com a inflação ocorrida no ano anterior. O orçamento prevê um aumento, um valor global de algo em torno de 7% em 2014, em relação a 2013. Só que boa parte desse valor já está comprometido com as negociações realizadas no passado, porque esse governo é assim, faz uma negociação hoje para valer daqui a dois anos. Então este ano de 2014 receberá alguns aumentos que foram concedidos no passado.

Portanto, pela peça orçamentária, é triste dizer que o governador encerrará o seu mandato, mais uma vez, tratando muito mal o servidor público. Nem falo aqui da URV. O Governo nem cogita pagar a URV. Aliás o Governo falou muito em URV na campanha eleitoral, em 2006, mas depois disso nunca mais tocou no assunto.

O Sr. GABAN:- Esqueceu.

O Sr. Paulo Azi:- Portanto a URV nem se cogita.

Estou falando aqui, deputado Gaban, apenas das questões atuais, ou seja, da reposição salarial e de algo que seja, minimamente, razoável de ganho real. Mas parece que, mais uma vez, o governo não quer saber do funcionalismo público na proposta orçamentária. Portanto quero parabenizar V.Ex^a e agradecer a oportunidade de apartear-lo.

O Sr. GABAN:- Eu que agradeço o aparte de V.Ex^a, sempre muito brilhante e está também muito preocupado.

V.Ex^a é um dos deputados desta legislatura e de várias que já passaram, que mais conhece o Regimento e também a peça orçamentária. V.Ex^a fala que sou eu, mas V.Ex^a tem uma competência enorme. Sei disso, há muito tempo, porque já trabalhamos juntos, eu como presidente da Cerb e V.Ex^a, que me honrou, sendo meu diretor técnico.

Mas, deputado Paulo Azi, o que me chama mais a atenção é o silêncio dos sindicatos. Eu não vejo nenhuma manifestação de nenhum sindicato. Cadê os sindicatos que defendem os servidores públicos do nosso Estado? Será que estão confundindo alinhamento político com representação sindical? O alinhamento político pode existir. Mas se eles querem apenas fazer o alinhamento político, que desistam da presidência do sindicato. Não se pode confundir; não se pode prejudicar

uma categoria a dos funcionários públicos com esse silêncio. Não há nenhuma manifestação; você não vê uma faixa; você não vê uma mobilização; você não vê nada.

O governo está desrespeitando a Lei nº 6677 que estabelece o dia 1º de janeiro como a data do reajuste. O funcionário público já não vai receber, absolutamente nada no mês de janeiro. Por que os sindicatos não estão vendo o que é público? A LOA que está aí para nós analisarmos, discutirmos? Porque, como V.Exª já verificou, os sindicatos não foram ver qual reajuste estava previsto, não estão nem aí. Cadê os sindicalistas? Vão esperar o quê? O pior, deputado Paulo Azi. Os funcionários públicos devem estar com a orelha em pé, devem estar atentos, porque o ano passado, pelo silêncio dos sindicalistas, o governo só veio querer discutir o reajuste no mês de junho. E mais, o fez ainda parcelando o reajuste devido desde janeiro. Olha, eu não sei como os funcionários públicos devem fazer. Eles devem se mobilizar, independentemente de sindicato, vir para cá, ir para a frente da Governadoria exigir o pagamento, porque nenhuma escola vai deixar de cobrar a taxa, nenhum filho vai poder ir para a escola sem livro, e o governo não dá o reajuste. E pior, como V.Exª, deputado Paulo Azi, bem colocou, o que está no Orçamento deste ano não dá para pagar nem o índice inflacionário. E os sindicatos – fico triste – estão silentes, calados, esqueceram-se de quem eles deveriam defender, que são os funcionários públicos.

Que fique aqui o meu alerta a todo funcionalismo do Estado da Bahia, a Lei nº 6.677 está sendo desrespeitada. O governo não mandou a mensagem. O reajuste que está previsto no Orçamento deste ano não é suficiente para pagar a folha e nem recupera a inflação neste período, do ano passado para cá.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi. O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, estamos aqui iniciando a discussão da principal matéria que tramita nesta Casa, a peça orçamentária. O Plenário não pode ficar praticamente às moscas, como se encontra. Então, quero solicitar que V.Exª proceda a uma verificação de quórum e convoque todos os deputados que se encontram nas dependências desta Casa para se fazerem presentes ao Plenário, para que possam discutir, debater a proposta orçamentária de 2014.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Exª será atendido.

A Srª Kelly Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem da deputada Kelly Magalhães.

A Srª Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, quero pedir a V.Exª a gentileza de zerar o painel e contar os 15 minutos determinados pelo Regimento para convocar todos os deputados que estão fora do Plenário, no cafezinho ou em seus gabinetes para retornarem ao plenário para dar continuidade à sessão, que, de fato, é muito

importante. Reafirmo as palavras do deputado Paulo Azi, todos devem estar aqui, mesmo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Paulo Azi e ratificado pela deputada Kelly Magalhães, para continuidade da presente sessão. Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, na biblioteca, nos corredores, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Solicito que o painel seja zerado e os 15 minutos regimentais sejam contados.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, no aguardo para a verificação de quórum, eu gostaria de, mais uma vez, ressaltar os aspectos tático e transitório da posição da Bancada da Maioria do governo em relação ao processo do Regimento Interno.

Todos conhecem a tradição do nosso Partido dos Trabalhadores, da Bancada do Governo e dos partidos aliados em defesa do princípio democrático, em defesa de um Parlamento autônomo e livre no qual a discussão política se torna a principal metodologia e se torna o principal modelo de ação.

Portanto, no fundo, a emenda, que aprovamos, foi, exatamente, para buscarmos uma negociação à medida em que a Oposição sinalizava como estratégia de inviabilizar a aprovação do Orçamento, pois, assim, colocava-se em risco a condição de vida e de trabalho de milhões de baianos que necessitam de ações do governo. E este governo precisa do Orçamento para fazer funcionar a sua máquina administrativa.

À medida em que a Oposição, utilizando-se de uma artimanha regimental, poderia inviabilizar, por três ou quatro meses, a discussão, isso seria uma espécie de debates do fim do mundo. O Regimento permite isso. Assim, seria um Parlamento sem agenda e sem processo de votação na medida em que o mecanismo dos destaques possibilitaria até 54 mil destaques permanentemente elaborados e executados pela Oposição.

Por isso, a Bancada do governo, de forma sábia, orientada pelo seu Líder Zé Neto, aprovou essa medida. E, agora, depois dessa negociação, aí sim, retomamos o processo natural de discussão dos projetos.

Peço ao amigo Leleto que, por favor, a televisão está me focando.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Raimundo:- Por isso, em função desse acordo, retoma-se a dinâmica normal dos debates nesta Assembleia. Os nossos partidos, jamais, iriam impedir este debate. Por isso, Sr. Presidente, faz-se importante esclarecer. Não faz sentido a Oposição ficar nesta tese de que queríamos abafar as vozes discordantes neste Parlamento.

Tenho a absoluta convicção de que esta é a nossa tese e este é o nosso princípio, Sr. Presidente

Já há quórum para a retomada da presente sessão ordinária.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- O quórum está restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, finalmente, esta Casa inicia, com muito atraso, a discussão da peça orçamentária de 2014. Até agora, eu não entendi o porquê de o governo evitar tanto a discussão desta matéria.

O atual governo, quando era Oposição nesta Casa, tinha, como as suas principais bandeiras ou como os seus principais discursos, a implantação das administrações públicas do Orçamento participativo.

Não foram poucos os comícios e os discursos – que eu acompanhei de diversos petistas – defendendo a implantação desse modelo, pois era um modelo em que a população, melhor, a sociedade civil organizada discutiria as suas prioridades. E essas prioridades, depois de debatidas, depois de votadas e depois de aprovadas, fariam parte da peça orçamentária de seu governo. Ouvi isso durante muitos e muitos anos. É verdade que, em alguns municípios, alguns prefeitos do PT chegaram a implantar este modelo com resultados, inclusive, satisfatórios.

Mas, infelizmente, Srs. Parlamentares, o governo da Bahia já chega ao seu ocaso, ao seu final, pois está no último ano de sua administração. E o atual governo chegou, não sei se copiando o modelo de Camaçari, pois este, também, aboliu o Orçamento participativo. Vejam, o Orçamento participativo, também, não existe em Camaçari. Este governo se esqueceu de seus discursos, suas promessas e seus compromissos para com a população do nosso Estado.

O governo encaminha a peça orçamentária para esta Casa. E este Orçamento está aqui há mais de 3 meses e não foi debatido em, sequer, uma única sessão da Comissão de Controle e Orçamento deste Poder!

Imaginem V.Ex^{as} uma comissão que tem, como principal objetivo, discutir e debater a peça orçamentária, não se reuniu uma única vez para tratar do assunto! Aqui, nesta Casa, não esteve o secretário da Fazenda. Aqui não compareceu o secretário do Planejamento. Aqui não se realizou uma única audiência pública com os setores da sociedade civil organizada.

E nós chegamos hoje, quase ao final de janeiro de 2014, praticamente invadindo a sessão legislativa de 2014, para iniciar esta discussão.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu não sei se tudo isso foi proposital. A verdade é que os números, que aparecem no Orçamento, trazem um enorme desconforto ao governo. O governo, mesmo diante de uma realidade dura, mesmo diante de uma situação financeira complicada, sufocado que está pelas despesas correntes do custeio que sustenta sua máquina, não aproveitou esta oportunidade, deputado Zé Raimundo, para mudar a rota, o caminho. Vejam V.Ex^{as} que a peça orçamentária objeto de discussão traz no seu bojo, deputado Euclides Fernandes e deputada Kelly, uma diminuição dos recursos destinados a ações de investimento.

Caem os recursos destinados à educação pública, que vive talvez o pior momento de toda a nossa história. Reduzem-se também os recursos destinados à área

da Saúde, mas as pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais, os postos de saúde estão em péssimo estado de conservação e muitas unidades hospitalares estão sem funcionar porque os funcionários estão em greve por falta de pagamento. E ainda assim o governo da Bahia reduz as verbas destinados a investimentos nesse setor!

A Bahia receberá a Copa do Mundo no meio do ano. O Estado deveria estar preparado para receber os milhares de turistas que trarão divisas e riquezas. No entanto este governo reduz os recursos destinados às ações de investimento em turismo. O Estado enfrenta sérias dificuldades na infraestrutura, com milhares de quilômetros de rodovias necessitando de recuperação. O sistema *ferryboat* vive um caos continuado, a grande maioria dos aeroportos estaduais está fechada, e o governo reduz de maneira violenta os recursos destinados à infraestrutura da nossa Bahia.

Este é o retrato da peça orçamentária que esta Casa está a discutir esta noite.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Senhoras e senhores, durante este processo de discussão teremos a oportunidade de detalhar os números que estão previstos neste Orçamento, até para que cada um dos parlamentares desta Assembleia amanhã não venha a dizer que não sabia, que não tinha conhecimento do que estava votando e aprovando.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, mais uma vez volto a esta tribuna para discutir o orçamento para o exercício de 2014. Depois de termos entrado pelo recesso, graças à incompetência e à falta de planejamento desse governo, que não conseguiu, através da sua articulação política, cumprir os prazos regimentais para que o orçamento fosse apreciado nesta Casa, como, de praxe, nos últimos foi apreciado em dezembro, fomos analisar a peça orçamentária. E ao fazer uma análise, vimos que o governo reduz drasticamente os investimentos nas áreas mais importantes para a população baiana.

Se formos fazer aqui um comparativo na área de infraestrutura, deputada Kelly, V.Ex^a que me olha com esse olhar 43, sedutor, no momento em que os parlamentares da Base do Governo mais precisam mostrar para os seus municípios o seu trabalho, a sua luta para levar obras e recursos, o governo, deputado Damasceno, diminui em 63 por cento os investimentos em infraestrutura. Não vai sobrar nada para V.Ex^a fazer no subúrbio de Salvador uma quadrinha de esporte, um negocinho, esqueça, porque V.Ex^a não vai ter mais nada. Por este orçamento aqui V.Ex^a pode ficar preocupado.

Se formos analisar a área do turismo, a secretaria de Turismo, uma das áreas mais importantes do nosso Estado, já que temos um grande potencial turístico, a nossa capital, as nossas praias. No interior do nosso Estado, temos grandes atrativos turísticos, porque a Bahia é reconhecida internacionalmente como um Estado que tem um potencial turístico muito grande e muito importante para a nossa atividade econômica.

Os investimentos em turismo também foram reduzidos em mais de 67%. Um

ano fundamental para o turismo em nosso Estado, já que teremos aqui a Copa do Mundo e iremos receber milhares e milhares de turistas na cidade de Salvador e no nosso Estado da Bahia. Momento importante, deputada Maria del Carmen, que seria necessário você potencializar o turismo na capital e no interior do nosso Estado. Mas, infelizmente, quem assumiu a Pasta, nosso amigo e competente secretário, Pedro Galvão, recebe esse presente de grego: uma secretaria com menos 67% para investir no turismo em nosso Estado. Essa é a mostra da falta de prioridade desse governo, assim podemos falar aqui.

Deputada Luiza Maia, V.Ex^a que tanto defende a questão das mulheres nesta Casa, sabe qual foi o orçamento para a Secretaria de Políticas para as Mulheres? Menos 41%. Não dá para fazer absolutamente nada! Isso nas despesas totais. Se formos para os investimentos, está aqui: Secretaria de Políticas para as Mulheres, menos 60%. Não tem absolutamente nada! Sabe para que serve? Para dar secretarias e carguinhos, para apaziguar, dar meia boquinha a um e a outro.

É igual à secretaria de Edvaldo Brito, secretário competente, mas que foi só para ter o PTB apoiando o secretário Rui Costa. Isso já está público: basta um partido sinalizar que apoia o secretário Rui Costa que ganha uma secretaria. Essa é a moeda de troca para apoiar o candidato tirado do bolso do colete do governador, que o empurrou goela abaixo de todo mundo, pois ninguém o queria, ninguém da base queria, pois todos acreditavam que seria o secretário Otto Alencar o candidato. Uns também achavam que seria Pinheiro, e outros, José Sérgio Gabrielli.

Mas o governador bateu na mesa e disse: “É esse que vocês têm que apoiar. E quem não quiser apoiar, basta darmos uma secretariazinha, meia dúzia de cargos e, aí, resolve-se o problema”.

Então, é dessa forma, infelizmente, que observamos...

E está aqui o Orçamento. Por exemplo, para a área de Desenvolvimento Social, menos 58%; na área da Cultura, menos 92% para investimentos. Então, não tem mais nada, acabou tudo, não haverá dinheiro para nada. Essa é a verdade, deputado Carlos Geilson, a pura verdade do Orçamento de 2014.

Mais uma vez, isso mostra que o governo quer cooptar os partidos políticos através de cargos, indo na contramão de uma gestão eficiente, a qual prioriza a meritocracia, o funcionalismo público. Vai na contramão das grandes gestões, como o modelo de gestão que o prefeito ACM Neto está implantando na Cidade de Salvador, que tem sido reconhecido em todo o Estado e no Brasil. E até internacionalmente as pessoas já começam a bater palmas para o modelo de administração do prefeito ACM Neto.

É essa a marca do governo Jaques Wagner, que diz que a grande marca de seu governo são as obras imateriais. As obras imateriais são justamente essas, deputado Carlos Geilson, as barganhas políticas. Disse aqui e repito, para ganhar uma secretaria de Estado, hoje, basta o partido declarar apoio ao secretário Rui Costa. Declarou apoio, ganha uma secretaria. Não querem saber se é competente, se é um técnico que conhece o assunto, se é interessante. Essa é a grande marca imaterial.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Concedo o aparte ao meu querido amigo, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Meu amigo e líder, Leur Lomanto Junior, ontem, a imprensa toda divulgou o afastamento do secretário Jorge Solla. Regado a comidinha, a bebidinha, foi um grande bota-fora, foi um grande evento político onde Rui Costa inaugurou já a sua campanha, fazendo palanque. Quer dizer, já se está usando a máquina estatal de forma despropositada em benefício do candidato a Governo. Como é que quando um secretário se afasta, faz um evento no pátio da Secretaria com comida, bebida, o famoso bota fora, e o secretário que é candidato a governador faz discurso político quer dizer o que? É o que você falou, é o uso descaradamente da máquina em favor do candidato Rui Costa.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Mas deputado, não adianta fazer nada disso porque aqui, hoje, conversando com deputados da Base a conversa era uma só, o homem é pesado demais! Pode andar e fazer rega-bofe distribuindo secretarias, andar pelo interior... e não sou eu que estou falando não, os próprios deputados da Base que publicamente não falam mas para nós eles falam, a boca miúda, o homem é pesado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Com a palavra o nobre deputado Augusto Castro, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Zé Raimundo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, ocupo a tribuna desta Casa na tarde desta terça-feira para relatar a falta de atenção desse governo com algumas regiões do Estado. Já relatei desta tribuna, denunciei aqui. E reunimos a Bancada de Oposição para levar esse assunto ao conhecimento desta Casa e do povo da Bahia.

Mas em especial ocupo a tribuna para falar de um assunto muito importante, deputados Adolfo Viana, Pedro Tavares e Leur Lomanto, em relação à Região Sul. A Ceplac é um órgão da comissão executiva do plano da lavoura do cacau que tem à frente, na superintendência regional, o competente Juvenal Mainart, que ocupa o cargo com dedicação, entusiasmo e com muita competência.

Mas é importante, Srs. Deputados, que o Governo Federal volte sua atenção para a cacauicultura, para o Sul da Bahia. A Ceplac contribuiu para a Bahia e para o Brasil e a cada dia falta, realmente, a atenção do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. O ministério tem colocado a Região Sul em segundo plano, o ministério tem procurado esvaziar a Ceplac. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é quem conduz a política do governo no planejamento, deputado Adolfo Viana, e tem afastado a Região Sul das prioridades do Governo Federal.

A Ceplac tem hoje um a visibilidade no Sul da Bahia, se tem cacau em todo o Brasil e em algumas regiões, o cacau está perdendo espaço no mercado internacional e no mercado nacional e o Governo precisa voltar a atenção para a Ceplac, Deputado Pedro Tavares. V.Ex^a que é da região, é cacauicultor, conhece as demandas e o

sofrimento dos produtores daquela região.

Na Ceplac há mais de 20 anos, há quase 25 anos o Governo não realiza concurso público, corre o risco de fechar a qualquer momento. A Ceplac tem um orçamento engessado, um orçamento sem investimento para pesquisa, sem investimento para infraestrutura. Ela que contribuiu ao longo dos anos com a Bahia e com a região nas estradas vicinais, na patrulha mecânica, que atendeu o Extremo Sul e o Sul da Bahia, a Ceplac ajudou na implantação da UESC, antiga Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, hoje Universidade Estadual de Santa Cruz. A Ceplac ajudou na construção dos hospitais da nossa região, deputada Kelly Magalhães, V. Ex^a que é do movimento estudantil, milita muitos anos e conhece a realidade. A Ceplac contribuiu e continua contribuindo para o Sul da Bahia, e não recebe nada de investimento. E está sofrendo um processo de esvaziamento por parte do Ministério do Planejamento e do Ministério da Agricultura.

Venho à tribuna desta Casa nesta tarde para chamar a atenção dos nobres deputados federais da Bahia para se criar uma comissão e ir ao ministro da Agricultura exigir a retomada do fortalecimento da Ceplac, ir ao Ministério do Planejamento para abrir um concurso e contratar pesquisadores a fim de fortalecer a pesquisa naquela região. O cacau perdeu a importância no mercado nacional e é preciso fazer parte da discussão política sobre o preço mínimo que o governo federal implantou, que é muito pouco para nossa região.

A Ceplac, ao longo de 30 anos, sofre a falta de investimento, de orçamento, e o órgão hoje não tem independência, deputada Ângela, não tem as mínimas condições de trabalho, porque o governo federal não investe na região. É preciso salvar o cacau. O governo lançou um plano de recuperação da lavoura do cacau, mas não resolveu o problema do cacau, pois a dívida dos produtores de cacau está hoje com a Fazenda Nacional, com o Tesouro Nacional, e passa de R\$1 bilhão. O governo procurou um meio de dar anistia a alguns produtos, mas o cacau o governo não priorizou.

É preciso acontecer uma mobilização muito grande da Bancada de deputados federais e da Bancada de Oposição e do governo desta Casa a fim de discutir a manutenção e o fortalecimento da Ceplac. A Ceplac construiu hospitais na região. Sindicatos rurais... Deputado Sandro Régis, que é da região Sul da Bahia, conhece a demanda desse órgão. O deputado Pedro Tavares, inclusive é uma indicação que o PMDB fez, de Juvenal, com muita competência, sabe dessa realidade. É preciso acontecer aqui uma discussão junto às Comissões de Meio Ambiente, Agricultura, pedindo o fortalecimento da Ceplac. Os deputados federais irem à sede regional da Ceplac e exigir do governo federal que abra concurso para contratar profissionais, técnicos agrícolas, pesquisadores e tantos outros profissionais, porque corremos o risco de daqui a quatro a cinco anos a Ceplac fechar por falta de servidores. O governo não contrata e não abre concurso há mais de 20 anos. A Ceplac sofre um processo de esvaziamento muito grande. Teremos de mobilizar a Bancada dos deputados federais do PSDB, como Jutahy Magalhães, que tem cobrado do governo federal uma postura mais clara em relação aos investimentos para o Sul da Bahia.

Quero aqui contar com os companheiros da Bancada da Oposição e tenho a

certeza também com os deputados de governo que têm voto naquela região para entrar nessa luta para a Ceplac voltar à condição de um órgão de capacidade de investimento, ampliar a discussão da cacauicultura. A Ceplac, pela competência e importância, pois tem um quadro preparado e capaz de ajudar a fortalecer aquela economia, a diversificação do Sul da Bahia.... Convoco aqui o deputado Pedro Tavares, V. Ex^a que conhece bem a questão do cacau, e é preocupado com essa demanda dos produtores, uma comissão suprapartidária para discutir o fortalecimento do órgão e a defesa da população do Sul da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Com o tempo de 10 minutos, concedo a palavra ao nobre deputado Pedro Tavares para continuar o debate do parecer ao projeto nº 20.487/13.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, Galerias, tenho nos últimos dias procurado mostrar e apontar aqui várias e várias falhas do governo do Estado.

Mostrar uma gestão que não é eficiente, que tem várias e várias falhas. Hoje, no dia da discussão dessa peça importante que é a peça orçamentária, queria, mais uma vez, falar de problemas do governo do Estado, a falta de prioridade, a falta de compromisso com algumas regiões do Estado.

Está aqui, deputado Bruno Reis, um deputado votado na cidade de Saúde. No dia 19, fizeram um bolo para cantar parabéns na BA-131, pois faz um ano que está com aquele bueiro, o chamado bueiro da vergonha. A BA-131 no trecho de Saúde a Pindobaçu, mostra a falta de compromisso, deputado Carlos Geilson, do Estado com aquela região. Um ano com aquele bueiro aberto, deputado Sandro Régis, um buraco aberto na estrada, e o governo do Estado não toma nenhuma providência.

Todo dia é uma promessa de que se vai consertar, de que se vai resolver a situação, e nada. Já foram quase 20 acidentes naquele trecho, exatamente 19, mostrando, realmente, que o governo que está aí não tem prioridade, deputado Bruno Reis, V.Ex^a tem cobrado sempre o conserto e a recuperação da BA-131, mas não se vê nada, não se vê uma participação do governo, não se vê uma ação efetiva do governo que está aí.

E hoje estamos discutindo esta peça importante, o Orçamento do Estado, que não teve uma discussão profunda nas comissões, não teve uma discussão com a sociedade. Cadê o orçamento participativo? Cadê a discussão com a sociedade? Cadê a discussão para se priorizar os investimentos nas regiões? Nada. Muita conversa, mas nada.

É um Orçamento que, infelizmente, traz uma grande redução de investimentos e um aumento do custeio, mostrando que esse governo não tem prioridade com diversas áreas. São R\$ 400 milhões de redução de investimentos, mostrando, como eu disse, que o governo não prioriza a gestão, prioriza o custeio de uma máquina inchada, de uma máquina totalmente ineficiente.

É isso que esse governo faz. Não discute com a sociedade. Não discute com o Parlamento, nas comissões, para definir as prioridades. Existe redução de investimentos em áreas importantes da gestão, redução em infraestrutura, o que mostra o descaso, deputado Adolfo Viana, que é votado em Caem. Essa estrada que citei, a BA-131, tem que passar por Caém.

Então, está lá, há um ano, o buraco aberto, o buraco da vergonha. A população foi, levou bolo, cantou parabéns para cobrar do governo, e o governo não dá uma resposta.

A questão do turismo, um ano importante...

O Sr. Adolfo Menezes:- Um aparte, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES:- (...) já, já, com muita honra, deputado. A questão do turismo, um ano importante, um ano de Copa do Mundo e o investimento do turismo cai, é reduzido, mostrando que o governo não tem prioridade, não tem compromisso com o turismo.

Com muita honra, um aparte ao nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu parabenizo o nobre parlamentar, meu amigo, deputado Pedro Tavares.

V.Ex^a tocou em vários pontos problemáticos da atual administração do governo do Estado da Bahia...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a em permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com muita honra, passo a palavra ao nobre deputado Adolfo Viana para um aparte.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu parabenizo o meu amigo e nobre parlamentar Pedro Tavares.

Deputado Pedro Tavares, V.Ex^a tocou em vários pontos problemáticos da atual administração do governo do Estado da Bahia. E eu quero, especificamente, compartilhar do raciocínio de V.Ex^a no que diz respeito às estradas do Estado da Bahia.

O governo do Estado gastou uma fortuna divulgando que construiu 7 mil quilômetros de asfalto no Estado da Bahia. Este mesmo governo passou quase um mês utilizando os veículos de comunicação, como a televisão, fazendo esta divulgação.

O PSDB só conseguiu ter acesso a essas informações através de uma ação na Justiça onde foi solicitado do atual governo que demonstrasse onde foram construídos esses 7 mil quilômetros e quantos os mesmos custaram. E o governo se esquivava de dar essas informações. Conseguimos tais informações através da Justiça.

Pegando carona na fala de V.Ex^a, falo, aqui, com indignação, da pior estrada do Brasil: a estrada que liga o município de Sobradinho a Sento Sé, deputado Pedro Tavares. Assim que assumi o mandato como deputado estadual, fui até o secretário de Infraestrutura e aponte o problema. E, aqui, esperamos e cobramos, sempre, uma ação do governo do Estado para que essa estrada fosse recuperada.

A população de Sento Sé sofre, porque ficou ilhada. A pior estrada do Brasil é essa. Infelizmente, o atual governo do Estado não toma a menor providência. São 140

quilômetros, deputado Pedro Tavares, que, se forem percorridos em um carro pequeno, leva-se quase 4 horas de relógio. Isso é um verdadeiro descaso! Isso é uma verdadeira falta de responsabilidade com as pessoas que moram na cidade de Sento Sé.

Eu fui votado por aquela cidade. Sinto-me no dever e na obrigação de fazer esses apontamentos e fazer essas cobranças. Enquanto mandato tiver, irei cobrar a melhoria daquela estrada para dar dignidade às famílias de Sento Sé.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Parabenizo o seu aparte e o incorporo ao nosso discurso, deputado Adolfo.

Gostaria de dizer que do jeito que está o Orçamento do Estado aqui, reduzindo os investimentos em infraestrutura, dificilmente essa estrada será recuperada. Isso mostra, realmente, a falta de compromisso do governo com sua região Norte do Estado.

Não é só isso! Há redução nos investimentos em agricultura, turismo, cultura, etc. Mas o que realmente não tem redução de investimentos é a propaganda. Nesses 3 anos de governo, deputado Sandro Régis, já se gastaram R\$ 446 milhões com despesas de propaganda. Aí, deputado Sandro Régis, realmente, não tem redução! Aí, só tem gasto para mostrar uma propaganda enganosa à população do Estado, uma propaganda que, realmente, não condiz com a realidade do nosso Estado, um Estado com sérias dificuldades, como eu disse, em infraestrutura, segurança, saúde, educação.

Este é o governo que aí está. Este é o governo que faz, deputado Carlos Geilson, política e esquece-se da gestão. Na última semana e nos dias atuais, só se ouve falar: fulano vai para a secretaria tal, beltrano vai para a secretaria tal. Este atual governo só pensa em fazer política e esquece-se de sua gestão.

E este Orçamento, que está aqui, me preocupa, porque mostra que, realmente, o governo do Estado não está investindo em áreas importantes do nosso Estado, em áreas importantes para a gestão e melhoria do nosso Estado.

É isso. É o governo, como eu disse, que faz política mas não faz gestão. É o governo da propaganda. É o governo que mostra, através da propaganda, uma Bahia que não existe. Só existe esta Bahia, deputado Sandro Régis, na propaganda do governo do Estado. Por isso estou aqui. Estou aqui para cobrar, mais uma vez, deste governo que dê prioridade à infraestrutura. Como disse o deputado Adolfo, uma estrada importante que liga até o município de Sento Sé está totalmente acabada. São quatro horas, deputado, de carro, 150 km, o que mostra, realmente, que esse governo não está nem aí para a infraestrutura do Estado.

Mais uma vez está aí, um governo que não liga, que não se preocupa e que não prioriza áreas importantes, só pensa na propaganda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Zé Raimundo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem da deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Eu queria, Sr. Presidente, que V.Ex^a zerasse o painel para dar o tempo regimental de 15 minutos, para que os deputados se façam presentes neste plenário. Aproveitar para convocar todos que estejam no cafezinho, nos gabinetes, nos espaços desta Assembleia para virem nesse momento para o plenário para fazer o debate importante, acompanhar a discussão sobre o orçamento que está em pauta e sobre os projetos importantes que nós estamos vendo mais uma vez, a discussão do `Projeto de Lei Anticalote e os demais que estão na pauta. Então, quero reiterar que os deputados se façam presentes, neste momento, aqui no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Sr^{as} e Srs. Deputados, há uma solicitação de quórum para a continuidade da sessão, formulada pelo deputado Adolfo Viana e pela deputada Kelly Magalhães. Regimentalmente, eu solicito aos trabalhos que zere o painel, faça soar a sirene e marque 15 minutos, lembrando aos deputados que o que está em discussão é o parecer do relator do Projeto de Lei nº 20.487/2013, que trata da lei orçamentária anual. Estamos ainda no âmbito das comissões.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu estou solicitando essa questão de ordem para convidar todos os deputados, principalmente os deputados da base do governo, a se fazerem presentes nesta sessão importante, onde estamos discutindo o parecer do relator do orçamento. Portanto, existe uma questão de ordem e nós gostaríamos de convidar todos os deputados que estão no cafezinho, que estão nos gabinetes, nos corredores desta Casa a se fazerem presentes, já que existe uma questão de ordem onde se pede uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Nós temos apenas 7 Srs. Deputados até o momento confirmando suas presenças e precisamos de 21 Srs. Deputados para que esse quórum seja restabelecido.

Portanto, mais uma vez, fazemos um apelo a todos os deputados, principalmente os deputados da base do governo, para que se façam presentes aqui nesse plenário para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, existe uma solicitação de verificação de quórum, através de uma questão de ordem, para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Solicito ao nobre deputado Adolfo Viana que, por favor, queira consignar sua presença no painel.

(Continua verificação de quórum.)

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem a nobre deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Convido os queridos colegas deputadas e deputados para adentrarem ao plenário pois existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão para votarmos o orçamento. Devemos estar aqui presentes para registramos as presenças.

Aqueles deputados que estão no cafezinho, no restaurante, nos gabinetes, venham ao plenário pois existe o pedido de verificação feito pelo deputado Adolfo Viana e pela deputada Kelly Magalhães.

Pedimos a presença das Sr^{as} e Srs. Deputados, pois só 13 deputados já confirmaram a presença.

(Continua a verificação do quórum)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Solicito ao deputado Adolfo Viana que consigne a sua presença no painel eletrônico, já que V.Ex^a solicitou a questão de ordem inicial.

Muito obrigado, nobre deputado. (Pausa)

Restabelecido o quórum para continuidade da sessão, concedo a palavra ao deputado Sandro Régis. Em substituição, por permuta, concedo a palavra ao nobre deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes para debater o parecer do relator João Bonfim ao projeto de lei nº 20.487/2013, no âmbito das comissões, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro nossa alegria e satisfação por ter na presidência dos trabalhos da sessão ordinária de hoje o nobre deputado Zé Raimundo, brilhante, competente, deputado estadual que veio da região Sudoeste da Bahia, da nossa querida Vitória da Conquista.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, 22 de janeiro, completa 92 anos da existência do nosso querido e saudoso Leonel Brizola. (Lê) *“Se Brizola ainda estivesse entre nós, neste 22 de janeiro, completaria 92 anos e, com toda certeza, estaria convocando as lideranças políticas para uma profunda reflexão sobre o atual modelo político caduco, superado, que faliu por falta de capital ético e por absoluta ausência de crédito moral, razão das crises político administrativas nos poderes executivo, legislativo e no judiciário. Este modelo, mantido pela democracia capitalista, transformou as eleições em meras disputas estatísticas, num concurso de rateio do Fundo Partidário e da distribuição do tempo de rádio e televisão, motivando a proliferação das legendas de aluguel.*

O processo é o mesmo desde o Império, mudou somente a forma de alcançar os resultados. Naquela época o poder mantinha o controle das eleições via qualificação do eleitor, atualmente a influencia poderosa, maléfica e corruptora do poder econômico domina o processo eleitoral.

Diante dessa eminente borrasca política, uma ameaça presente a nossa jovem

e frágil democracia, porque só existe democracia forte com partidos políticos fortes e, atualmente sabemos todos fragilizados, o Velho Caudilho, com sua experiência, certamente proporia um pacto político pelo futuro das nossas instituições.

Não creio que nossos atuais políticos queiram ser condenados pelas novas gerações, pela omissão de salvaguardar as sagradas garantias do nosso povo, na formação de uma nação livre, independente e soberana, porquanto, a permanecer o atual “status”, de colônia portuguesa, já passamos a depender de mais de 30 países, através da espoliação de centenas de multi e transnacionais.

Sobrou para o nosso povo a Bolsa Família.

A sede insaciável do capital alienígena, todavia, não será saciada, enquanto não nos deixarem de tanga, pois essa é a lei da selva capitalista, essa é a sina dos colonizados.

Vale, neste momento, lembrar um trecho do poema NO CAMINHO COM MAIA KÓVSKI, do escritor Eduardo Alves da Costa:

"Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E Já não podemos dizer nada.

No futuro, a permanecer este modelo, os cientistas políticos e pesquisadores irão debruçar na análise para descobrir os motivos que levaram o país a perder a sua autonomia política e econômica e descobrirão que nos entregamos ao capital alienígena, por falta de um modelo político que estancasse a hemorragia da nossa economia.

Uma conclamação às últimas lideranças nativas e patriotas, para o engajamento na premente e urgente Reforma Política, tem por escopo tratar-se da mãe de todas reformas necessárias à preservação da nossa autonomia, e à formação de um país livre, independente e soberano.

O saudoso professor Darcy Ribeiro já pregava a necessidade de passar o Brasil a limpo.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, “A reforma política e o futuro do Brasil”, texto da lavra, da autoria do nobre Secretário-Geral do PDT, Alexandre Brust, foi publicado hoje no jornal *Tribuna da Bahia* em comemoração ao aniversário de 92 anos do saudoso Leonel Brizola. E o tema escolhido para fazer essa homenagem a Leonel Brizola foi “A reforma política e o futuro do Brasil”.

Queremos deixar registrado, Sr. Presidente, nos anais da Casa do povo, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, esse texto da lavra do nosso querido secretário do PDT Alexandre Brust. Agradecer ao nobre presidente, aos demais deputados estaduais por essa oportunidade, e deixar registrado esse tema publicado no jornal *Tribuna da Bahia*, do nosso querido amigo, grande figura no cenário político baiano e brasileiro, Alexandre Brust. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Parabéns, nobre deputado Euclides Fernandes, que mesmo no âmbito da discussão do orçamento conseguiu trazer uma lembrança do nosso querido e grande intelectual Darcy Ribeiro, esse nome que honra a cultura brasileira, autor de grandes livros que levam a reflexão sobre a nacionalidade.

Srs. Deputados, em continuidade ao processo de discussão no âmbito das comissões o parecer do relator ao projeto 20.487/2013.

Para debater, passo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, hoje estamos aqui nesta noite debatendo um dos projetos mais importantes, que é o orçamento do Estado da Bahia.

Esse projeto tem uma importância muito grande. Precisamos aprová-lo ainda hoje, evidentemente, dentro da perspectiva de se encontrar uma solução negociada, e não sendo encontrada uma solução negociada, naturalmente buscaremos votar dentro dos prazos legais. Sr. Presidente, entendo que esse orçamento tem uma importância muito grande e está afinado com o projeto do nosso governador Jaques Wagner, que tem melhorado consideravelmente as condições de vida da nossa população. Hoje, observamos que a Bahia é um outro Estado, melhorou de forma considerável as condições de vida da nossa população. Isso graças a um projeto que vem sendo encaminhado aqui pelo governador Jaques Wagner, afinado com o nacional encabeçado pela presidenta Dilma Rousseff, que, sem dúvida nenhuma, será reeleita no nosso País para dar continuidade à melhoria dessas condições de vida.

Portanto, acho que nós precisamos aprovar de imediato este Orçamento para darmos continuidade a esta situação. Nosso Estado precisa dele, que no meu ponto de vista está afinado com o nosso governo, que vem fazendo uma administração para melhorar as condições de vida da população em todas as áreas que vocês possam imaginar.

Temos a melhoria do sistema de saúde da nossa Bahia. Precisa melhorar mais? Precisa, mas já melhorou de forma considerável, com aumento de leitos, hospitais, enfim, do próprio sistema como um todo.

A questão da educação também é outro item que melhorou de forma considerável em todos os níveis. Podemos analisar a questão da alfabetização com mais de um milhão de alfabetizados.

Podemos analisar a questão do nível superior. Tínhamos no nosso Estado apenas uma Universidade Federal. Hoje temos cinco Universidades Federais nas principais regiões da Bahia. Podemos analisar também o Ensino Médio e Técnico. Tínhamos, antes do governador Jaques Wagner, 4.000 mil matrículas no Ensino Profissionalizante. Atualmente temos 65mil. Havia aqui poucas escolas técnicas. Hoje já são 31. Vamos ampliar ainda mais, estendendo para 40. Portanto, estamos observando uma considerável melhoria na educação. Na questão da infraestrutura também podemos observar melhorias. Todos se lembram de como eram as nossas estradas neste Estado. A nossa malha rodoviária estava um caos. Mas foram

recuperados cerca de 7 mil quilômetros. Quem anda pela Bahia hoje percebe a diferença.

Observamos ainda uma melhora considerável na questão da moradia popular, com a construção de cerca de 150 mil casas para a população de baixa renda do nosso Estado. Isso significa 150 mil unidades populares beneficiando uma média de 600 a 800 mil pessoas. Observamos avanços também no Programa Água para Todos. Enfim, em todas as áreas vemos a melhoria da condição de vida da nossa população.

Portanto, precisamos reforçar este projeto que tem reduzido as desigualdades sociais. Precisamos continuá-lo, pois ele vem diminuindo o desemprego e melhorando as condições da vida do nosso povo. Este é o projeto nacional afinado com o estadual, ou seja, os dois são exatamente os mesmos projetos, buscando sempre melhorar a vida da nossa população.

O *slogan* do governo federal está correto: “País rico é País sem miséria.” E é nesse sentido que ele vem investindo para aqueles que mais necessitam. O Governo Federal e o Governo Estadual.

Estamos numa situação em que as condições melhoraram consideravelmente. Então, analisaremos a questão do desemprego que antes tínhamos 12%, calculado pelo IBGE e hoje temos 5,5% de desemprego. O aumento do salário-mínimo. A grande reivindicação no período anterior ao Governo Lula era de buscar um salário-mínimo de 100 dólares. Essa era a grande reivindicação. E muitos achavam que um salário de 100 dólares era impossível, que quebraria a economia, que não daria certo, que era um salário muito alto, e hoje nós estamos aí com um salário mínimo de mais de 300 dólares. É claro que é ainda muito baixo. O salário-mínimo ainda é muito baixo. Precisamos de um salário-mínimo, calculado pelo Dieese, que dá mais de R\$ 2 mil. Esse é um salário-mínimo ideal para a sustentação de uma família média, com saúde e alimentação.

Então, precisamos aumentar ainda mais o salário-mínimo. Mas nós conseguimos avanços extraordinários. Portanto, esse é o projeto que deu certo. Esse é o projeto que melhorou as condições de vida da população. Esse é o projeto que reduziu as desigualdades sociais, que reduziu o desemprego e que melhorou a vida de toda a sociedade. Por isso, precisamos dar continuidade a esse projeto, mas precisamos avançar muito mais. Se a saúde melhorou de forma considerável, precisa melhorar muito mais. Se a educação melhorou de forma considerável, precisa melhorar muito mais. Se nós avançamos de forma considerável na questão da moradia popular, só na Bahia cerca de 150 mil casa populares, precisamos melhorar muito mais. Precisamos avançar muito mais para que possamos ter um País onde todos possam viver com dignidade. E dessa forma, possamos construir um País com paz e justiça social. É preciso inclusão social. É preciso lutar para que a riqueza deste País seja cada vez mais distribuída por quem constrói essa riqueza.

Não adianta apenas aumentar o PIB, aumentar a riqueza do País. É preciso aumentar a riqueza, mas distribuindo com aqueles que mais necessitam. Os Estados Unidos que é o país mais rico do mundo, com a maior economia do mundo, o maior PIB mundial, é um país onde acumula cerca de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo

da linha da pobreza. Portanto, não adianta apenas aumentar o PIB, não adianta apenas aumentar a riqueza, é preciso aumentar a riqueza, mas distribuir a renda e distribuir com aqueles que mais precisam. É isso que a presidenta Dilma está fazendo. Ainda que não tenha havido um grande crescimento na nossa economia, no último ano, mas a distribuição de renda tem sido uma distribuição justa, tem sido uma distribuição que tem viabilizado e que tem melhorado, tem diminuído o desemprego e que tem, portanto, reduzido as desigualdades sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Portanto, queria fazer essas considerações e apelar para uma saída negociada e aprovação do Orçamento do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobre deputado Paulo Rangel, colegas, deputados e deputadas, é importante ressaltar que esse é o orçamento do oitavo ano do mandato do nosso querido governador Jaques Wagner e que, naturalmente, existem alguns aspectos que devem, necessariamente, obedecer à lógica da ordenação jurídica nacional, à Lei de Responsabilidade Fiscal e o próprio momento que a Bahia e que o Brasil experimentam. Não tem razão a Oposição, quando diz que as taxas de investimento, nesta ou naquela rubrica, estão diminuídas e que o governador, exatamente por ser o último ano do governo, deveria estar colocando mais recursos para implementar o desenvolvimento.

O último ano de um mandato de quatro anos, seguidos de quatro anos do mandato anterior, naturalmente, é aquela parte final de maturação dos investimentos feitos ao longo do tempo. É claro que, mesmo sendo o último ano, o governador Jaques Wagner, em parceria com o governo federal, está colocando vultuosas somas de investimento, sobretudo nesta cidade da Bahia, como era conhecida, historicamente, Salvador.

Precisamos entender, realmente, que no entorno desta capital vivem aproximadamente 5 milhões de baianos, se considerarmos o Recôncavo e a influência que as maiores cidades exercem. Realmente, precisávamos de um olhar estratégico, para que Salvador deixe de ser uma das piores capitais do Brasil em termos de mobilidade urbana, de assentamentos humanos, de moradia, de transporte e de infraestrutura social.

Infelizmente, Salvador, a capital, não cumpria o seu papel na área da saúde. Salvador não tem um hospital! Nada, nada, nada! Enquanto isso, em Vitória da Conquista temos um hospital referência, o Hospital João Matos, que ganhou a primeira UTI neonatal no Estado da Bahia em um município, e Salvador estava abandonada, completamente esquecida. Agora, o governador assumiu muitos investimentos. Nos últimos anos, o governador fez uma revolução nas estradas de muitas regiões, recuperando toda a malha viária do Estado da Bahia e construindo novas ligações e novas vias, sob a lógica de que todos os municípios da Bahia, todas

as sedes dos municípios, os distritos sedes dos municípios terão, até o final de 2014, um acesso através de pavimentação asfáltica. Os municípios de Ribeirão do Lago, Guajeru, Malhada de Pedra, Rio do Antônio, Maetinga, Jânio Quadros, Sebastião Laranjeiras e muitos e muitos outros – estou falando só da minha região – estão recebendo essa infraestrutura rodoviária. Além disso temos a recuperação de BAs estratégicas, como a de Itambé que leva até Livramento de Nossa Senhora, caro deputado Marquinho Viana, líder daquela região, subindo a serra para Mucugê, na Chapada, em Barra da Estiva. Naquela região, Jaques Wagner recuperou muitas estradas abandonadas, melhorando as condições do desenvolvimento econômico e social.

O governador, mesmo no último ano do seu mandato, mantém um ritmo de investimento na infraestrutura social. São inúmeras construções de hospitais regionais, de postos de saúde e de unidades do PSF, quase 700 unidades pela Bahia afora, ampliação de leitos hospitalares, instalação de UTIs em várias regiões, a exemplo de Guanambi, ampliação em Vitória da Conquista e em todo o Estado da Bahia, em Paulo Afonso, em Barreiras e no extremo Sul com serviços de alta complexidade na área da cardiologia e em outras áreas. O que mostra, realmente o compromisso do governador.

Na área da habitação popular, em parceria com a Caixa Econômica Federal e com os municípios, em todas as regiões da Bahia foram realizados investimentos que tirarão as famílias do abandono, dando-lhes a dignidade de uma moradia.

Na área das condições humanas, da convivência com a seca, foram extraordinárias as ações do nosso governo. Só para lembrar, na minha região, a Adutora do Algodão, foram mais de R\$ 150 milhões; em Vitória da Conquista, agora, a adutora do Rio Catolé, mais de R\$ 30 milhões; a barragem do Catolé, R\$ 230 milhões; centenas e centenas de sistemas simplificados de água; na nossa região, foram abertos poços artesianos, pequenos e médios açudes, e com esta coisa extraordinária, que tem uma grande contrapartida do Estado, que são as cisternas para a captação de água da chuva. São milhões e milhões de reais investidos para beneficiar a maioria da população baiana.

Dizer que este governador não cuidou da vida das pessoas, dizer que este governador, no último ano, não está investindo, não condiz com a realidade. É claro que nos aspectos formais, você compara, às vezes, uma secretaria com a outra, um índice com outro. Mas há, sobretudo, o cuidado do governador de deixar, realmente, as finanças equilibradas, fazendo o contrário do que muita gente faz.

Ora! Se os interesses fossem meramente eleitoreiros, o governador continuaria de forma irresponsável, como alguns gestores municipais, investindo irresponsavelmente. Não, o governador está atento aos controles interno e externo, fazendo com que, em seu último ano, as finanças estaduais estejam no nível, no padrão e nas condições permitidas. É claro que deixará uma série de obras estruturantes em andamento.

Tenho certeza de que os seguidores do prefeito de Salvador estão felizes da vida! Se eu fosse dessa corrente, todos os dias rezaria e acenderia uma grande vela

para o Senhor do Bonfim, aquela vela semanal. aquela graúda, porque fazer o que o governador Jaques Wagner fez, ou seja, pegar o abacaxi do metrô e colocar dentro do Estado, pegar aquele abacaxi dos trens do subúrbio, uma verdadeira sucata, e trazer para dentro Estado, assumir o compromisso de repassar mais de R\$ 120 milhões por ano para a manutenção do metrô, abrir avenidas por todos esses pontos de estrangulamento... Merece o governador Jaques Wagner o aplauso da Oposição nesta Casa. Oposição aqui, mas que apoia a presidente Dilma e gosta de Lula. O governador, de forma republicana, está ajudando o prefeito de Salvador; ajudando Salvador, e, claro, ajudando o povo da Bahia. Por isso, a Oposição deveria agradecer ao governador Jaques Wagner essa postura aberta, democrática, sincera, cordial, amiga até, o que gera, muitas vezes, ciúmes na própria base do governo, a forma como ele trata o prefeito de Salvador, tal é a disposição do governador Jaques Wagner de fazer uma verdadeira revolução para que os baianos desta capital tenham melhores dias.

Portanto, Sr. Presidente, este Orçamento... Estamos discutindo o parecer no âmbito das comissões, e tenho certeza de que merece ser aprovado. Uma ou outra correção pode, naturalmente, ser feita. Mas estão aí as negociações. Vem, agora, o chamado orçamento impositivo, que na verdade não é orçamento impositivo, é Orçamento. Como todo Orçamento, não é impositivo. Aliás, nem o próprio Orçamento do governador é impositivo. O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Considere o tempo do deputado com mais 10 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Dez minutos? V.Ex^a exagerou agora.

Vamos ver se temos fôlego para continuar este debate.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Já falei por uma hora e cinco minutos num comício enquanto o candidato a prefeito não chegava.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Não há esse conceito de Orçamento Impositivo. Há Lei Orçamentária. Orçamento é um planejamento, é uma previsão.

O que há é que a Oposição conseguiu junto à Base do governo, de forma inteligente, viabilizar esse acordo para que o governador destine nas rubricas normais do Orçamento do Estado obras destinadas pelos deputados para algumas atividades, objetos e ações. É um Orçamento, agora, configurado com a participação da Assembleia Legislativa. O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Vou conceder ao nobre deputado, líder do nosso governo, nosso querido amigo, Rosemberg Pinto, um aparte para que ele possa, também, colaborar com essa discussão.

O Orçamento Impositivo é uma questão, eu diria, até secundária do ponto de vista do papel do Legislativo. Na verdade, o papel do Legislativo é muito maior, é muito mais grandioso do que consignar R\$ 1,2 milhão, R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões. Esta Casa tem a responsabilidade de aprovar todas as leis, inclusive aquelas de prerrogativa do Poder Executivo, as quais se o Parlamento não quiser aprovar, não aprova. Se o Parlamento quiser, inviabiliza o Executivo. Então, o poder do Parlamento é muito maior do que uma mera consignação de parte de recursos com o carimbo dos deputados.

Que venham essas contribuições dos deputados, que se coloque no Orçamento. Mas se pensarmos que o Orçamento do Estado é de R\$ 30 bilhões, R\$ 40 bilhões a quanto vai equivaler 1%? Equivalerá a R\$ 1,5 milhão, R\$ 2 milhões? É uma parte expressiva para os deputados, mas não modifica a lógica geral dos investimentos públicos.

Por isso, acho que o nosso debate é muito maior, é muito mais grandioso. A questão fundamental é como o Parlamento deve controlar, influenciar os rumos de um governo, independentemente de partido. De certa maneira, somos delegatários da soberania popular. Nós temos a representação do povo para exercer o controle governamental, para contribuir, para fiscalizar, para votar leis e, sobretudo, para representar a população em todas as dimensões do processo político.

Concedo o aparte ao nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Zé Raimundo, esse tema reflete e nos traz a necessidade de fazer um debate mais aprofundado sobre o papel do Parlamento brasileiro. Tenho a convicção de que, às vezes, nós o temos reduzido muito. E quero, aqui, dividir essa angústia e ser parte, também, desse processo, porque precisamos, realmente, aproveitar momentos como esse para debater um pouco o papel do Parlamento brasileiro e do Parlamento baiano.

A cada dia precisamos, de fato, fazer com que o Parlamento tenha o seu debate próprio, sua independência e possa garantir que nesta Casa se votem os projetos de interesse da sociedade. É lógico que esse debate, com relação ao Orçamento Impositivo, tomou as páginas dos jornais no plano nacional em função do processo de discussão no Congresso Nacional com relação aos deputados federais. Que, na realidade, por critério, já dispunham das emendas e, agora, apenas se está fazendo uma regulamentação.

Aqui, neste ano, estamos fazendo isso. E acho que é uma experiência nova, diferente. Que possamos, durante este ano de 2014, aproveitar para consolidar um debate sobre o Parlamento e o Orçamento Impositivo.

O Orçamento Impositivo, ao meu olhar, é um instrumento que pode garantir um pouco a independência do Legislativo em relação ao Executivo. Mas quero concordar com V.Ex^a que, certamente, não é papel do deputado – entendo isso, mesmo aprovando e defendendo o Orçamento Impositivo –, não é papel do parlamentar se estivessemos exercendo de fato o processo democrático. A função dos parlamentares é obviamente apresentar aqui dentro do Orçamento do Estado ações de iniciativa de deputados e deputadas. No mais, essa é uma prática que vem acontecendo no Congresso Nacional.

Aproveitando este momento, deputado Zé Raimundo, eu quero falar de um fato que tomou hoje as manchetes dos diversos jornais. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, se coloca como paladino da moralidade, mas chega a se exceder no seu papel de presidente dum determinado Poder, duma instituição das mais respeitadas do nosso País, ao achar que pode estar de férias passeando e gastando dinheiro público, com diárias pagas pelo Estado no valor de 14 mil reais.

Isso é algo pequeno em relação a outros problemas. Mas hoje está nas

manchetes de todos os jornais que ele não vai debater isso porque acha que está de férias passeando, certamente com a namorada, que faz questão de apresentar em tudo quanto é lugar. Por sinal, é uma senhora bonita. Só que Joaquim Barbosa agora diz que gastar 14 mil de diária como presidente do STF nas suas férias não é nenhum problema! Então, realmente fico aqui me perguntando sobre essas questões!

Voltando à questão do Orçamento, acho que temos oportunidade, agora em 2014, de trazer para nós um debate extremamente fiel e real do papel dos Parlamentos brasileiro e baiano.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Agradeço, deputado Rosemberg Pinto, Líder do Partido do Trabalhadores nesta Casa, por essa intervenção e incorporo-a à minha fala.

Considero extremamente relevante essa sua reflexão, porque no fundo o que precisamos é que os nossos partidos se debrucem sobre o assunto para analisar qual é o melhor caminho para renovarmos a democracia representativa.

É um sistema que está em crise. A sociedade brasileira começa a demonstrar uma certa impaciência com determinadas estruturas do Estado. As manifestações de junho do ano passado agora já aparecem de outros modos. Eu diria até de rejeição do *status quo*, como, por exemplo, o chamado “rolezinho”, quando meninos, garotos, adolescentes nas grandes cidades ocupam os *shoppings centers* para poderem... Na verdade, estão em busca de espaço e sociabilidade, comportamento que assustou setores das classes dominantes. E gradativamente as instituições da República começam a demonstrar cansaço.

O nosso partido pode mais. O PT deveria e deve continuar com aquela agenda que a presidenta Dilma apresentou no ano passado, a da reforma política, numa tentativa de renovar e dar uma nova dimensão às estruturas da República.

Como V.Ex^a acabou de colocar, o Judiciário. Há, inclusive, outras instâncias dos poderes republicanos que precisam ser repensadas inclusive esta Assembleia, este Regimento e este comportamento. Daqui a pouco, o povo vem para a porta desta Assembleia Legislativa se nós não fizermos, também, as nossas reformas e se nós não mudarmos essas estruturas e esses comportamentos com relação à sociedade.

O Orçamento Impositivo é importante. Porém, mais do que isso, seria se nós, efetivamente, pudéssemos influenciar nas estruturas coletivas e se nós pudéssemos radicalizar a democracia.

Tivemos uma boa experiência nesta gestão do presidente Marcelo Nilo através das Assembleias Itinerantes. Mas isso, ainda, é pouco também. É preciso examinarmos a possibilidade do PPA participativo que o governador Wagner começou. Mas é preciso que se retome isso com mais radicalidade, com o envolvimento da população e com as conferências setoriais. As secretarias de Estado deveriam ouvir a população. Ampliam-se, assim, os espaços para que a democracia participativa se faça.

Sr. Presidente, eu agradeço a vossa tolerância.

Eram essas as nossas ponderações.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 10 minutos.

Hoje, a Situação obstrui.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido deputado Paulo Rangel e presidente, agora, desta sessão extraordinária, meu querido deputado Bruno Reis, deputados e deputadas aqui presentes, acho que, hoje, nós estamos exercitando um papel importante nesta Casa. Primeiro, quero, aqui, dizer que nós fizemos um grande debate até fora da tribuna nos momentos de intervalo desta sessão combinada pelos Líderes da Maioria e da Minoria onde conseguimos debater algumas questões importantes para o Parlamento baiano. Segundo, este é um exercício da democracia ao dizer que, independentemente das opiniões colocadas aqui pelos deputados, existe um espaço onde nós podemos debater as diversas opiniões, respeitando o pensamento de cada um.

Debatemos inclusive a possibilidade de aprovar, ainda hoje, o Projeto Anticalote de iniciativa da deputada Maria del Carmem onde eu espero, obviamente, haver uma sensibilização de todos os lados.

Sei inclusive que alguns questionamentos, feitos por alguns deputados na imprensa, não partiram de sindicato. Sei, exatamente, de quem partiu. Tais questionamentos foram de algumas pessoas interessadas em que este projeto não vingue para continuar se aproveitando dessa relação capital-trabalho e, às vezes, deixando de cumprir as suas obrigações trabalhistas com aquelas pessoas que se dedicam, diariamente, a trabalhar para servir o Estado baiano nas empresas prestadoras de serviços em todas as áreas.

Este é um projeto que traz, para nós, a possibilidade de garantir que se extinga, de uma certa forma mais contundente, a possibilidade de evitar que empresas, sem capacidade de honrar seus compromissos, façam essas disputas no Estado no sentido de tentar servir e, ao invés de servir, garantir o pagamento dos servidores, apenas, a estar servindo – certo? – de instrumento para a apropriação de muitos dos seus proprietários.

Este debate já vem acontecendo há mais de 60 dias nesta Casa e conta, em uma ponta, com os empresários; em uma segunda ponta, com os trabalhadores; em uma terceira ponta, com o Parlamento e, em uma quarta ponta, com o Executivo.

O debate possibilitou a este projeto de lei ter as mais diversas opiniões como também possibilitou a sua vinda a Plenário, hoje aqui, para nós podermos exercitar este processo democrático, a fim de chegar a um denominador comum e, quem sabe?, ainda nesta noite de hoje, votarmos este projeto com o intuito de que possamos restabelecer uma ordem nesta relação capital-trabalho no Estado da Bahia.

Por isso, todos os debates, hoje aqui, deputado Paulo Rangel, serviram para consolidar esta relação entre a Maioria e a Minoria. Em alguns momentos, os debates foram mais tensionados e, em outros momentos, mais civilizados. Mas, de qualquer maneira, o debate respeitou o pensamento de cada um.

Quero, aqui, deputado Zé Raimundo, dizer que é importante que debatamos a participação da sociedade nos diversos espaços físicos do Brasil. Tenho dúvidas em

relação a esses movimentos que acontecem sem um determinado controle nos espaços privados. Sempre fui defensor de um Estado para todos, mas a relação regulada pela Constituição é que garante os espaços privados para, obviamente, garantir uma relação madura e civilizada. Por isso entendo que os espaços dos *shopping centers*, os espaços privados de negociações, sejam nas áreas industrial ou comercial, deve estar abertos para todos, mas dentro do regramento que existe.

Tenho dúvidas sobre algumas colocações feitas de que criar regramento para não haver distúrbios nos espaços privados seja segregação racial. Quero fazer esse debate. Se houver segregação, terão em mim um deputado intransigente na luta para evitar que aconteça qualquer tipo de segregação, seja ela de que forma for.

Mas entendo que todas as manifestações, sejam por parte da juventude, das pessoas mais experientes, em qualquer situação, devem seguir o regramento que a legislação contém e que valem para todo mundo.

Não posso aceitar que alguém chegue a um espaço público ou privado e o destrua com a ideia de que está sendo segregado. Penso que existem formas de se apresentar, formas de criar todas as manifestações.

Como dirigente sindical que fui durante muitos anos sempre respeitei o regramento, como respeitam os dirigentes sindicais neste Brasil, e nossas manifestações sempre foram ordeiras. Tivemos momentos mais duros na sociedade, e aqui, às vezes, debato um pouco sobre isso com os representantes de uma época em que não podíamos manifestar-nos. Esta Casa já foi palco de diversas manifestações e éramos proibidos de entrar nessas Galerias. Mas isso faz parte do passado. O regramento, hoje, nos governos estaduais e federal, nos últimos 15 anos, não permite mais que se use o argumento da violência em função de que estaria sendo segregado por causa de suas manifestações.

É lógico, deputada Luiza Maia, que nos nossos governos exercitamos uma possibilidade maior de apresentação. Mas não posso negar que já no final da década de 90 começa a haver um processo mais democrático no Brasil, em que podíamos fazer manifestações sem a intervenção de uma forma violenta por parte das polícias, seja no âmbito federal ou no estadual.

Digo isso, para que não venham a pensar que só em nossos governos as relações democráticas foram construídas e consolidadas. É um processo de avanço dessas relações. Porque se eu entender que a democracia só aconteceu a partir de 2003, toda a luta pela democracia neste País ficará relegada, parecendo que não houve avanço algum nos anos anteriores.

Então, quero reafirmar essa posição. É um processo de crescimento a luta pela democracia, mesmo no nosso governo ainda há momentos de questionamento de nossa parte, e é esse debate que vem acontecendo aqui, V.Ex^a já fez esse questionamento várias vezes aqui. Mesmo nos nossos governos há situações em que acontecem excessos, obviamente, de lado a lado, não podemos aqui apenas assumir um lado, mas é o exercício da democracia. Tenho convicção de que no momento em que tivermos no Brasil uma educação mais consolidada, uma educação pública e gratuita, em que a formação das nossas crianças possa acontecer de maneira a

garantir que a formação de nossa sociedade se dê dentro de um processo de civilidade e que as crianças não precisem entrar numa determinada loja para pegar uma balinha para que ela possa suprir o seu desejo, no momento em que tivermos uma sociedade que impeça que a nossa juventude seja estimulada...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (...) por determinados desejos que ela não possa adquirir de forma legal, acho que a gente ainda não consolidou um processo de uma sociedade civilizada.

Espero isso e tenho convicção de que nós vamos chegar a esse momento. Vamos chegar a um momento em que a gente tenha uma educação pública e gratuita e que não precisemos ter nos nossos gabinetes pessoas batendo em nossas portas pedindo para que a gente consiga uma bolsa de estudo porque não temos uma escola de qualidade.

Por isso, meu querido Vando, eu que sou um defensor da educação pública e gratuita de qualidade, tenho um respeito muito grande ao segmento empresarial, mas acho que não se deve ganhar dinheiro com a educação; deve-se ganhar dinheiro com...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Nobre deputado Rosemberg Pinto, eu gostaria de pedir licença a V.Ex^a para prorrogar a presente sessão por mais 300 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por isso, encerrando, meu querido deputado Reinaldo Braga, quero aqui dizer que estamos exercitando um crescimento em que o Parlamento ajuda bastante, porque no momento que tivermos, deputado Zé Raimundo, alguém nos gabinetes pedindo bolsa de estudo é porque a educação pública e gratuita não tem a qualidade que faça com que os nossos alunos estejam nas escolas públicas do nosso Brasil. Nós como deputado precisamos, todos os dias, debater essas questões, buscando fazer nos nossos governos uma reformulação na educação de forma que as nossas escolas possam atrair a sociedade para garantir uma escola pública e gratuita de qualidade.

Tenho convicção, deputado Bruno Reis, que no governo do Estado da Bahia e na prefeitura de Salvador vamos trabalhar juntos no sentido de atrair os estudantes, desde que a gente tenha uma escola, realmente, que possa dar uma educação de qualidade para todos nós.

((Não foi revisto pelo orador.))

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero saudar aqui os heróis da resistência, trabalhadores que estão nessa luta tão importante com esse projeto que vai agora impossibilitar empresários caloteiros de ainda dar calote em trabalhadores e trabalhadoras. Temos tantos casos que estão na Justiça, e o Estado muitas vezes impossibilitado de pagar, porque se os caloteiros

pegarem o dinheiro irão passar outro calote e vão continuar não pagando. Portanto, é extremamente importante esse projeto e tem que ser aprovado hoje antes do Orçamento.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aproveitar para dizer que a Bahia tem se destacado, deputado Deraldo, V.Ex^a que é um homem conhecedor, profundamente, da segurança pública, tem se destacado no debate, não só na perspectiva de novas formulações, mas na implementação de política de segurança pública diferenciada como tem que ser.

V.Ex^a, volto a dizer, já estive à frente de delegacias de polícia em vários lugares deste Estado, desde cidades de fronteira no Extremo Sul da Bahia até na capital, sabe o que estou falando. Muitas vezes, a sociedade e o Estado acaba colocando no colo da polícia os problemas sociais e não é tarefa da polícia resolver os problemas sociais, e ela acaba ficando sobrecarregada, exatamente, pela falta de políticas públicas que possa combater a violência. E o Pacto pela Vida criado pelo Governo Jaques Wagner, aprovado nesta Casa, portanto, é uma política de Estado, e tem sido fundamental para isso. Porque quebrar o velho paradigma do passado de achar que segurança pública é só caso de polícia, e todos sabemos que não é. Segurança pública tem a ver com educação, com assistência social, com cultura, com lazer, com habitação, com saneamento básico. Ou seja, tem a ver com tudo. E a intersectorialidade das políticas é fundamental para que possamos, enfim, focar e chegar na segurança pública. Todos nós sabemos que a violência não é causa, ela é consequência, deputado Deraldo, das ações e muitas vezes da falta das ações que fazem com que a violência cresça cada vez mais.

E quando o Governo Wagner se propõe a articular 16 secretárias de Estado para pensar, debater e enfrentar, a questão da segurança pública é fundamental para nós. Imagine, deputado Deraldo, que de 15 em 15 dias sentam-se os 15 secretários com o governador do Estado, com os representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e com os chefes das polícias, seja Militar, Civil ou Técnica para que possamos avaliar, refletir, propor e gestar uma nova política, naturalmente focando o que é central, que é o homicídio, porque trata-se da perda de vidas humanas e a inteligência como instrumento central da polícia, como arma central da polícia.

E fico muito a cavaleiro para dizer isso diante de V.Ex^a, porque V.Ex^a, deputado Deraldo, é um homem de estrutura física avantajada, delegado e hoje exercendo o mandato de deputado e diz com toda a tranquilidade que é um homem de paz, que nunca usou uma arma de fogo desnecessariamente. Portanto, enfrentou sempre a segurança pública como tem que ser, um órgão que estabeleça as regras, que mantenha a paz, que estabeleça a boa convivência entre os seres humanos, entre a sociedade. E o Pacto pela Vida, que bom que tem sido exatamente isso!

Vale lembrar, que outros Estados e até representantes de outros países têm vindo à Bahia para conhecer essa experiência do Pacto pela Vida. E não tenho nenhuma dúvida que cada um de nós que faz o debate da segurança pública sabe da importância de políticas públicas que possa ir no cerne da questão.

E aí falo das políticas públicas relacionadas à juventude. O Governo Federal, inspirado inclusive numa experiência baiana, transformou uma campanha em um programa, que é o Programa Juventude Viva, que foca, exatamente, a violência, os homicídios da juventude, de um modo bem especial da juventude negra. Aproveito para saudar o companheiro Vladimir, o companheiro Marcos Pereira que tem feito um trabalho importante na coordenação de juventude, que fica dentro da estrutura da Serin, que tem uma articulação direta com o governador Jaques Wagner e que tem feito um debate privilegiado, seja com aqueles que gestam políticas públicas em suas prefeituras, sejam aqueles que fazem um debate nas Câmaras de Vereadores, sejam os segmentos das juventudes que fazem o debate como tem que ser.

E é nessa diversidade das juventudes, portanto no plural, que temos que conhecer a realidade de cada um. Não dá para num momento como esse, refletir esse novo fenômeno, essa nova forma de organização dos adolescentes via articulação nas redes sociais, como algo que deve ser combatido com a violência. Pelo contrário, deve ser combatido com o diálogo e com a inteligência, sem tolerar, obviamente, a violência, sem tolerar a desordem, sem tolerar que esses possam levar insegurança aos espaços públicos ou privados. Mas é preciso que reflita-se a questão dos *rolezinhos* como algo que é natural no processo de democracia, sobretudo de fortalecimento de uma democracia em curso. E se voltasse, mais um vez, a enfrentar os adolescentes, os jovens, como caso de polícia, mais uma vez a truculência vai dizer que não dá certo. Muito pelo contrário, se a violência do Estado for a arma para enfrentar esse tipo de organização, que em muitos momentos se excede, que em muitos momentos determina a desordem, sem dúvida nenhuma, a articulação tende a aumentar e pode chegar a níveis incontroláveis, e aí, não tenho dúvida, é fundamental que possamos chamar essas lideranças que usam sua capacidade de articulação, de crítica, para que possam, junto com os espaços que possibilitam a reflexão e a sugestão, implementar políticas públicas. Volto a dizer que a velha prática do passado, de enfrentar as organizações com truculência, com violência, não ajuda.

Neste momento, está presidindo a sessão da Assembleia um homem de Deus, um homem que sabe que os ensinamentos do Mestre nos remetem à reflexão e à responsabilidade de viver os problemas sociais, de perceber que aqueles que fazem as coisas erradas, foi exatamente para eles que o Mestre veio. Disse exatamente isto: “Não vim para os bons, não vim para os curados, não vim para aqueles que não têm problemas, vim exatamente para aqueles que têm problemas”.

Então, todos nós, que seguimos a orientação de um homem que deu a vida para construir um mundo de paz, de justiça, de solidariedade e de amor, não podemos ser instrumentos da violência, muito menos cometer, deputado Ubaldino, talvez um dos maiores pecados que se registra nas Sagradas Escrituras, o daquele homem que, diante da injustiça, lavou as mãos, que diante da injustiça poderia ele ser agente da justiça e não o fez, lavou as mãos, disse que não tinha nada com aquilo, que não era o culpado, e possibilitou o assassinato brutal, a tortura de um inocente, filho de Deus e irmão de todos nós.

Então, não podemos nos permitir diante disso lavar as mãos e dizer que não

temos nada com isso e não refletir como tem de ser, deputada Maria del Carmen, V.Ex^a, que faz esse debate tão importante com a juventude em Salvador e em todo o canto de nosso Estado, na universidade, discutindo a importância da cidade a serviço daqueles que ali vivem. Não podemos ter a irresponsabilidade de combater os adolescentes que se organizam com violência, com truculência ou com julgamentos fáceis, chamando-os de baderneiros, porque na história da humanidade, muitas vezes, a coragem de subverter a ordem não foi para estabelecer a desordem, mas para dizer que era preciso uma nova ordem. Sempre foi assim a história da humanidade, sempre o tremor das sociedades diante da injustiça foi que possibilitou a construção de uma sociedade mais justa e mais igual, É exatamente nesse sentido que não podemos abrir mão de estar com um olhar atento, um olhar de justiça, de carinho para esses adolescentes, até para não condenar num julgamento fácil, cruel, adolescentes que na sua maioria absoluta são negros e pobres.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que não teremos recesso, portanto, poderemos prolongar este debate e possibilitar aqui neste espaço a oportunidade do diálogo com nossos adolescentes, porque estamos aqui exatamente para isso, para abrir os braços e atraí-los, não fechar as mãos e sermos violentos, ou muito menos lavá-las diante disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão no âmbito das comissões, vou colocar em votação o Orçamento do Estado da Bahia, conforme relatado pelo deputado João Bonfim.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, gostaria de que V.Ex^a marcasse o tempo de 15 minutos para chamar todos os deputados e deputadas, uma vez que estamos votando, debatendo para votar o Orçamento do Estado da Bahia e aproveitar para chamar todos os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, no restaurante, nos seus gabinetes para se fazerem presentes aqui e possamos votar o orçamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Marquem os 15 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça: deputados Joseildo Ramos, Carlos Geílson, Bruno Reis, Euclides Fernandes, Luiz Augusto, Maria Luiza Laudano, Paulo Rangel. Há quórum na Comissão, seis deputados presentes.

Comissão de Finanças e Orçamento: deputado Adolfo Menezes, Tom Araújo,

Alan Sanches, Gaban, João Bonfim, Luiz Augusto, Zé Raimundo. Cinco deputados presentes.

Em votação no âmbito das Comissões, em primeiro turno, o Orçamento do Estado. (Pausa)

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos deputados da Oposição.

Por acordo de Lideranças, vou retirar provisoriamente o orçamento e colocar a PEC. Concordam, deputado Zé Neto e deputado Elmar? Eles concordam, então vamos retirar o orçamento e votar a PEC. Já votamos nas Comissões o orçamento.

Agora vamos votar a PEC no primeiro turno. Para o PEC temos que ter 38 votos. Em primeira discussão em votação, o Projeto de Emenda Constitucional no 132/ 2013, do deputado Euclides Fernandes, que altera os arts. 159 e 160, da Constituição Estadual , tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica...

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 132/2013

ALTERA OS ARTS. 159 E 160 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, TORNANDO
OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DA
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE
ESPECIFICA.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de atribuição prevista no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º – O art. 159 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido do §10:

Art. 159.

§ 10. A previsão de receita e a fixação da despesa no projeto e na lei

orçamentária devem refletir com fidedignidade a conjuntura econômica e a política fiscal. (NR)

Art. 2º O art. 160 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido dos §§ 9º, 10, 11, 12, 13 e 14:

Art. 160.

§ 9º As emendas individuais propostas pelos deputados ao projeto de lei orçamentária serão:

- I – aprovadas no limite de um por cento da receita corrente líquida prevista no projeto; e
- II – divulgadas em audiências públicas pelos municípios beneficiados.

§ 10. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, da programação incluída em lei orçamentária por emendas individuais, em montante correspondente a um por cento da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 11. No caso de impedimento de ordem técnica ou legal na execução de crédito que integre a programação prevista no § 10 deste artigo:

I - até 30 de junho, os Poderes e o Ministério Público Estadual publicarão as justificativas do impedimento;

II - até 30 de setembro, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei de crédito adicional à Assembleia Legislativa para remanejamento ou cancelamento da programação cujo impedimento não tiver sido superado;

III - até 20 de novembro, não havendo deliberação da comissão permanente prevista no art. 160, §1º, o projeto será considerado rejeitado.

§ 12. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar

no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no art. 160, § 10, poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 13. Para fins do disposto no § 10 deste artigo, a execução da programação será:

I – demonstrada no relatório de que trata o art. 159, § 3º;

II – objeto de manifestação específica no parecer previsto no art. 91, I; e

III – fiscalizada e avaliada quanto aos resultados obtidos.

§ 14. Considera-se obrigatória, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, a transferência do Estado aos Municípios para execução de programação prevista no §10 deste artigo. (NR)

Sala das Sessões, em 02 de Setembro de 2013

DEP. EUCLIDES FERNANDES/PDT

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Marcelo, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- É só um esclarecimento: V.Ex^a vai colocar em votação no âmbito das Comissões, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O orçamento já votamos nas Comissões. A PEC vamos votar agora. Vou designar o relator.

Designo o deputado Fabrício Falcão para relatar a matéria.

O Sr. Paulo Rangel:- Enquanto isso, queria fazer uma apelo para que todos os deputados do governo compareçam ao Plenário.

Antes do parecer, está faltando os deputados Elmar e Zé Neto assinarem a dispensa de formalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fabrício para relatar o parecer.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr. Presidente, demais deputados, parecer da emenda constitucional 132/2013, de autoria do deputado Euclides Fernandes, que

altera os arts. 159 e 160 da Constituição Estadual, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

A proposta ora analisada altera os Arts. 159 e 160 da Constituição Estadual, tornando obrigatória a execução das emendas individuais propostas pelos deputados estaduais, sempre respeitando a conjuntura econômica, política e social do Estado da Bahia. Assim, eleva-se o papel dos parlamentares na sociedade, consolidando-se dessa forma a independência do Poder com relação ao Executivo.

A sociedade exige de nós parlamentares o atendimento de suas demandas, e o anseio à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional será um poderoso instrumento na consecução das obras e melhorias tão desejadas pelo povo baiano.

Há atualmente o enfraquecimento do Poder Legislativo, que analisa, sugere e vota a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA), além do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que, quando encaminhadas ao Poder Executivo, não o obrigam a aplicar o percentual mínimo dos parlamentares, o que será corrigido com a proposta de autoria do nobre colega deputado Euclides Fernandes.

Dessa forma, a Proposta de Emenda Constitucional ora analisada é legal e constitucional. Opino pela sua aprovação, incorporando as emendas que seguem anexas. Emenda de Relator nº 1

O Art. 160 da Constituição do Estado da Bahia passará a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 160, § 10. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, do valor incluído em lei orçamentária por emendas individuais, em montante correspondente a 0,6%...'

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, é o relatório da PEC.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- “(...) *'da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.'*

Justifica-se a presente alteração, que busca adequar o percentual anteriormente proposto às novas projeções orçamentárias do Estado da Bahia, calcadas no cenário econômico nacional.

Emenda nº 2

O inciso I do § 9 do Art. 160 da Constituição do Estado da Bahia passará a vigorar com a seguinte redação: *'aprovada no limite correspondente de 0,6% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.'*

E acrescenta-se ao Art. 3 a proposta de emenda orçamentária com a seguinte redação: *'Esta emenda constitucional entra em vigor na data da sua publicação.'*

Justificativa

A proposta marcada nesta emenda busca atender as exigências da Lei Complementar nº 95, da Presidência da República, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação da leis, conforme determina o parágrafo único do Art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para consolidação dos atos normativos que menciona.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 2014.

Relator Fabrício Falcão.

Sr. Presidente, é pela aprovação que coloco as emendas a esta PEC.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir a PEC no âmbito das Comissões, o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sras. e Srs Parlamentares, serei rápido. Subo à tribuna, deputada Luiza Maia, para exaltar a decisão corajosa dos parlamentares que compõem este Poder de submeter à votação uma proposta de emenda que vem no sentido do resgate da independência entre os Poderes.

Muito mais importante do que o valor, do que a destinação, considero que este é um momento em que este Parlamento se coloca ativo. E eu não poderia nesta data, Sras. e Srs Parlamentares, deixar de homenagear o autor desta proposta, deputado Euclides Fernandes, que teve uma decisão corajosa. Não de enfrentamento ao governo. Sei que esse não foi o seu propósito. Mas o deputado Euclides realmente teve a decisão corajosa de propor esta emenda ao Plenário e por isso mesmo merece de todos nós o reconhecimento pela sua luta e coragem, que foram fundamentais para que nós pudéssemos chegar a este momento.

Quero cumprimentar o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, pois foi ele quem assumiu a responsabilidade de colocar esta emenda em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- E por que não dizer também dos Líderes? Os Líderes, os deputados Zé Neto e Elmar Nascimento, chegaram ao entendimento, principalmente da importância que é para este Parlamento, acerca da aprovação desta emenda que, como disse, tem muito mais o efeito de demonstrar a altivez deste Poder Legislativo do que, propriamente, o benefício que ele irá proporcionar – e espero que sim – para milhares e milhares de baianos.

Agradeço a V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não poderia, de forma nenhuma, deixar, também, de fazer, aqui, um pronunciamento neste dia histórico, pois é um dia importante para este Parlamento.

Gostaria, primeiro, de parabenizar o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, uma vez que, após o meu imediato questionamento durante a semana passada, iria, independente de qualquer acordo, colocar a votação da PEC do Orçamento Impositivo no dia de hoje.

Mas, felizmente, devido a um acordo entre as Bancadas da Oposição e do Governo, resolveu-se votar a PEC que teve a iniciativa de meu colega e deputado Euclides Fernandes. Porém, neste momento, também, quero destacar a sua luta e a

sua coragem por não se curvar a quem quer que seja para defender não a sua vontade própria, mas para defender a soberania e a independência deste Parlamento.

Aqui, não tivemos vitoriosos nem derrotados. Saiu ganhando este Parlamento e todos os parlamentares, pois, sem sombra de dúvida, vamos virar uma página na história deste Parlamento. Era humilhante, deputado Euclides, nós todos chegamos aqui ao final do ano, apresentávamos as nossas emendas para beneficiar os nossos eleitores e todas as emendas, absolutamente todas, eram rejeitadas por parte do relator.

Espero e tenho a convicção de que, a partir deste ano de 2014, esta história não se repita mais. Nós teremos, deputado Vando, a oportunidade concreta de retribuir a cada cidade, a cada município e a cada pessoa que nos honrou com um voto em nossas eleições. O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Nós teremos a oportunidade concreta de retribuir o voto que obtivemos nas últimas eleições ao colocar emendas, não como nós queríamos e como deveria ser, deputada Luiza Maia. Mas se realmente tivéssemos a coragem, era para ser votado, aqui, como foi no Congresso Nacional. Não seria a cota de 0.6% do Orçamento, fruto do acordo, mas, sim, como era a PEC original do deputado Euclides Fernandes que dava o índice de 1.0% do Orçamento para cada parlamentar alocar em seus próprios municípios.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Concluindo, Sr. Presidente, quero parabenizar esta Casa pela independência que tivemos neste momento. Espero que esta vitória deste Poder Legislativo possa, sim, retornar em benefícios concretos para a população do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovado.

Vamos votar a PEC do 1º turno, PEC é votação qualificada. Zere o painel, marque 25 minutos. Os Srs. Deputados que queiram votar a PEC do deputado Euclides Fernandes, marquem as presenças.

Srs. Deputados, marquem as presenças, por favor.

O Sr. Cacá Leão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Cacá Leão. O Sr. Cacá Leão:- Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui registrado a minha homenagem ao deputado proponente deste projeto de lei, deputado Euclides Fernandes, pela sua coragem de ter mantido a luta, uma luta que deixou de ser só dele, mas sim de todos os 63 deputados desta Casa. Com esta proposta de emenda à Constituição vamos ter a oportunidade de ajudar a Bahia e aos baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, marquem as presenças, tem que ter 38 votos. (Pausa)

Eu vou aguardar os 25 minutos, exceto por acordo.

Já tem quórum. Volta o painel. Srs. Deputados, PEC eu espero 25 minutos, exceto se os dois Líderes me pedirem. Por lei eu espero 25 minutos.

Em votação. Como recomenda a Bancada do deputado Elmar Nascimento? Recomenda SIM. Como recomenda a Bancada do deputado Zé Neto? Recomenda SIM. Em votação. Tem que ter 38 votos SIM para a PEC passar em 1º turno. Em votação. A votação é aberta. (Pausa)

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, só registrar aqui que o nosso Estado da Bahia será o primeiro Estado a promover o orçamento impositivo, parabenizar a Oposição, a Situação, e, sobretudo, o governador Jaques Wagner que entendeu esse pleito aqui do Parlamento, depois de Pernambuco.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos deixar o deputado falar, um deputado jovem e promissor.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Não posso parabenizar o governador por entender o pleito do Parlamento?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Pode sim, é um direito de V.Ex^a.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Quero parabenizar o nosso presidente Marcelo Nilo que trabalhou incessantemente aqui, o autor do projeto deputado Euclides Fernandes, o Líder do governo Zé Neto, o Líder da Oposição Elmar Nascimento. Parabéns ao Parlamento. Quem ganha com isso são os municípios baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado. V.Ex^a tem futuro nesse País.

Estão faltando votar os deputados Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Coronel Gilberto Santana. Deputado Gaban, V.Ex^a não vai votar a PEC, deputado? V.Ex^a trabalhou tanto para votar a PEC.

Estão faltando votar a deputada Graça Pimenta, os deputados J.Carlos, Marcelino Galo, João Carlos Bacelar, Pastor Sargento Isidório, a deputada Maria Luiza que estava aqui presente. Deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Coloque o voto aberto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, V.Ex^a não vai votar, tudo bem, é um direito de V.Ex^a. É um direito de V.Ex^a não votar.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Marcelo Nilo, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estão faltando votar os deputados Álvaro Gomes, Coronel Gilberto Santana, Graça Pimenta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem para o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Só para tirar uma dúvida aqui, Sr. Presidente. Quem não vota tem direito a receber emenda...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem sim.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu queria orientar os deputados do Partido dos Trabalhadores a votar, sim, seguindo a orientação do Líder da Maioria. Queria, inclusive, conclamar todos os deputados do Partido dos Trabalhadores para que votem, sim, na PEC que está em debate e em processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Isidório, por favor, tire isso aí. Tem a imprensa aí por favor.

(O Sr. Pastor Sargento Isidório se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O voto aberto pode votar até hoje se os Líderes concordarem. Não, tudo bem. Estou perguntando.

Deputado Elmar e deputado Zé Neto, PEC eu espero 25 minutos, exceto se V.Ex^{as} me liberarem para eu dar o resultado.

Deputado Zé Neto, PEC eu espero 25 minutos, exceto se V.Ex^a concordar. Posso dar o resultado?

Deputado Elmar, PEC eu espero 25 minutos, exceto se V.Ex^{as} liberarem. Já votaram 50, dou o resultado?

Então vai. Por acordo, eu não vou esperar os 25 minutos.

Resultado: Aprovado, em primeiro turno, o PEC. 50 votos, sim; zero, não; abstenção: zero.

Vamos votar no segundo turno com dispensa de formalidades.

Vejam bem. Eu sou obrigado a convocar uma sessão extraordinária para votar o segundo turno. Então vamos votar o Orçamento agora que está nesse aqui e depois vota a PEC em segundo turno.

Então vou suspender a sessão. Convoco uma extraordinária a realizar 1 minuto após o encerramento desta para votar todos os projetos acordados entre as Lideranças. Declaro encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*